



Paula Esposel Carneiro de Mesquita

**As Verdades da Comissão da Verdade e
Reconciliação da África do Sul.**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Paulo Luiz Moreaux Lavigne Esteves

Rio de Janeiro
Outubro de 2014



Paula Esposel Carneiro de Mesquita

**As Verdades da Comissão da Verdade e
Reconciliação da África do Sul.**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre pelo Programa
de Pós-Graduação em Relações Internacionais do
Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio.
Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo
assinada.

Prof. Paulo Luiz Moreaux Lavigne Esteves

Orientador
Instituto de Relações Internacionais- PUC-Rio

Prof. Roberto Vilchez Yamato

Instituto de Relações Internacionais- PUC-Rio

Prof. Thiago Moreira de Souza Rodrigues

Universidade Federal Fluminense- UFF

Profa. Monica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação
do Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 02 de Outubro de 2014

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, da autora e do orientador.

Paula Esposel Carneiro de Mesquita

Graduou-se em Psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ em 2007. Áreas de pesquisa e interesse: psicanálise e contemporaneidade, segurança internacional, política internacional, operações de paz, teoria das relações internacionais, direito humanos.

Ficha Catalográfica

Mesquita, Paula Esposel Carneiro de

As Verdades da Comissão da Verdade e Reconciliação da África do Sul / Paula Esposel Carneiro de Mesquita ; orientador: Paulo Luiz Moreaux Lavigne Esteves. – 2014.

92 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2014.

Inclui bibliografia

1. Relações internacionais – Teses. 2. Comissão da Verdade. 3. Verdade. 4. Poder. 5. Reconciliação. 6. Trauma. 7. Confissão. 8. Inquérito. I. Esteves, Paulo. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. III. Título.

CDD: 327

À minha família.

Agradecimentos

À minha família, aos meus pais e minha irmã pelo apoio incondicional, por todo o incentivo e amor que sempre renovam minhas energias, vocês são a principal razão de chegar onde cheguei. Ao meu marido e a minha filha pelo apoio e paciência, vocês são meu porto seguro, amo vocês.

Ao Professor Paulo Esteves pela orientação, apoio, confiança e por sempre me incentivar ir além, na busca do meu melhor.

Aos professores do Departamento de Relações Internacionais. A Professora Carolina Moulin que me recebeu e orientou no início do mestrado, a Professora Marta Moreno, Professor Roberto Yamato, Professora Monica Herz, Professor Kai Kenkel, que contribuíram para esse trabalho.

À CAPES e a PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

À equipe da secretaria do IRI, especialmente a Lia Gonzalez e a Geisa Alcântara, que sempre estiveram disponíveis e atenciosas, mesmo nos momentos de desesperos tinham sempre palavras acolhedoras.

Aos colegas do Departamento de Pós-Graduação em Relações Internacionais, em especial à Polyanna Torres.

Ao querido professor Clóvis Brigagão por me receber em seu grupo de pesquisa e me incentivar a fazer o mestrado, minha gratidão. E à professora Regina Herzog pelo apoio, suas orientações da graduação ainda me guiam.

Aos meus queridos colegas de trabalho Eliana Guerra, Rodrigo Guerra, Carlos Castro, Fernanda Saint-martin e Ane Bartholomeu, obrigada pela paciência, compreensão e incentivo.

Resumo

Mesquita, Paula Esposel Carneiro de; Esteves, Paulo Luiz Moreaux Lavigne. **As verdades da Comissão da Verdade e Reconciliação da África do Sul**. Rio de Janeiro, 2014. 92p. Dissertação de Mestrado-Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Ao observar a transição política de países que passaram por um regime autoritário ou um conflito civil durante os anos 1980-90, a ser pensada pelo paradigma da verdade, pretende-se determinar como verdade e poder estão articulados na Comissão da Verdade. Esse paradigma, atribui à verdade noções como sofrimento humano, democracia, reconciliação e Direitos Humanos. Esse discurso pela verdade parece privilegiar a Comissão da Verdade como modelo de transição para reconciliação e cura da sociedade. Orientada pelos princípios restaurativos e justificado pelo discurso do trauma, a comissão estabelece um inquérito que tem a confissão de vítimas e perpetradores como instrumento para afirmar uma verdade. Entende-se esse modelo de inquérito como um ritual de passagem de um passado de violência para construção de um país democrático no futuro. Um ritual que tem no ato da confissão a delimitação de novos papéis sociais de vítimas e perpetradores, e conseqüentemente, de novas relações de poder, para a restauração do laço social e a reconstrução política do país. Para compreender melhor essa articulação será analisada a Comissão da Verdade e Reconciliação da África do Sul, caso emblemático no desenvolvimento desse paradigma verdade/reconciliação, cura. Pretende-se contribuir com uma análise crítica do que esse modelo de transição impõe e que alternativas ele exclui. Este estudo se fundamenta na perspectiva foucaultiana, segundo a qual a produção de verdade é uma forma de governar os sujeitos. A confissão é apontada como uma das tecnologias de produção de verdade.

Palavras- chave

Comissão da Verdade; verdade; poder; reconciliação; trauma; confissão; inquérito.

Abstract

Mesquita, Paula Esposel Carneiro de; Esteves, Paulo Luiz Moreaux Lavigne (Advisor). **The truths of the Truth and Reconciliation Commission of South Africa**. Rio de Janeiro, 2014. 92p. MSc. Dissertation - Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

By observing the political transition in countries that have experienced an authoritarian regime or civil conflict during the years 1980-90, to be interpreted under the paradigm of truth, it is intended to determine how truth and power are articulated in the truth commission. This paradigm assigns to the truth notions such as human suffering, democracy, reconciliation and human rights, and it seems to privilege the truth commission as a transition model for reconciliation and healing of society. Based on restorative principles and justified by the discourse of trauma, the committee establishes an inquiry that has the confession of victims and perpetrators as a means to affirm a truth. This inquiry is assumed as a ritual of transition from a violent past to a future of democracy. In this ritual the act of confession sets new social roles of victims and perpetrators and, consequently, new power relations, necessary for the restoration of social relations and political reconstruction of the country. In order to better interpret this articulation, the Truth and Reconciliation Commission of South Africa, an emblematic case in the development of this paradigm, truth/reconciliation and healing, is examined. It is intended to contribute to a critical analysis of this transition model: what it imposes and what alternatives it excludes. This study is based on Foucault's perspective, according to which the production of truth is a way of governing subjects, and the avowal is a technique of producing true.

Keywords

Truth commission; truth; Power; reconciliation; trauma; confession; inquiry.

Sumário

1. Introdução	9
2. Justiça Transicional e a Comissão da Verdade	14
2.1 Justiça Transicional	15
2.2 Comissão da Verdade	25
2.3 O Trauma e Comissão da Verdade	31
3. Comissão da Verdade e Reconciliação da África do Sul	42
3.1 O Regime do Apartheid	42
3.2 Negociando a Transição	48
3.3 A Comissão da Verdade e Reconciliação e seu funcionamento	52
3.3.1 Comitê de Violação de Direitos Humanos	54
3.3.2 Comitê de Anistia	59
3.3.3 Comitê de Reparação e Reabilitação	63
3.4. As verdades produzidas na Comissão da Verdade e Reconciliação	64
4. Verdade e Poder	68
4.1 As Práticas de Construção da Verdade	69
4.2 As Verdades da África do Sul	77
5. Conclusão	85
6. Referências bibliográficas	88

Introdução

O tema da *transição política* ganhou notoriedade no debate da teoria da segurança internacional. Quando o Estado é questionado como único objeto de segurança, o indivíduo e seu sofrimento passam a fazer parte do debate teórico e das decisões políticas. Os direitos humanos fazem eco a essa noção, garantindo os direitos universais a todos os indivíduos independentemente dos Estados. É diante desse panorama que a discussão sobre a transição política será abordada.

A justiça transicional é o conjunto de práticas jurídicas utilizadas, durante períodos de transição política, em resposta a graves violações de direitos humanos ocorridos em países que passaram por um regime autoritário ou um conflito civil (Roht-Arriaza, 2006). Entre essas práticas estão processos criminais, comissão da verdade, programas de reparação e reformas institucionais. Há um grande debate sobre qual delas garante legitimidade e estabilidade aos novos regimes. Apesar disso há consenso sobre a obrigação dos Estados de investigar e tornar pública a verdade sobre graves violações de direitos humanos. Em relatório das Nações Unidas de 2005 pode-se ler:

“[e]very people has the inalienable right to know the truth about past events concerning the perpetration of heinous crimes” and specifically that “victims and their families have the imprescriptible right to know the truth about the circumstances in which violations took place and, in the event of death or disappearance, the victims’ fate.” (apud Hayner, 2010, p.24)

Com o fim da Guerra Fria diversos Estados, principalmente no leste europeu, passaram por mudanças de regime político em consequência da desintegração da União Soviética. Na América Latina o declínio do comunismo desencadeou o fim dos regimes autoritários vigentes (Andrieu, 2010). Esses

movimentos de transição visavam a adoção de um regime democrático liberal e a questão que se colocava então era: como responder às graves violações de direitos humanos quando o próprio Estado é o perpetrador? Como lidar com esse legado da violência estatal e criar condições políticas para a instauração de um regime democrático liberal? (Herz, 1989)

Inicialmente, os movimentos de direitos humanos pressionaram pela punição dos responsáveis por essas violações, no entanto, frente certas especificidades do contexto de transição, o processo criminal, como resposta a esse legado, foi questionado. Muitos desses novos governos estavam fragilizados política e financeiramente, com instituições judiciárias desacreditadas e com dificuldade em obter informações e provas sobre essas violações (Chapman e Ball, 2001). Diante dessas dificuldades práticas, o processo criminal gerava mais instabilidade e expunha as fragilidades do novo governo. Além disso, vítimas e perpetradores tinham que habitar o mesmo local, logo, a reconciliação social e o sofrimento das vítimas eram fatores relevantes. Essas particularidades de uma transição política colocavam em questão a noção de justiça. Como garantir legitimidade ao novo regime, uma vez que, o Estado, em teoria o responsável pela segurança de seus cidadãos, foi o autor dessas violações?

Nesse contexto, o conceito de comissão da verdade é apontado como mecanismo de transição alternativo ao modelo dos tribunais penais. Definida como um órgão temporário que estabelece um inquérito para investigar a verdade sobre violações de direitos humanos ocorridas durante regimes autoritários ou em conflitos civis (Hayner, 2010), ela atende a uma racionalidade restaurativa de justiça. A lógica retributiva, que orienta os processos criminais, é a de que o crime é visto como uma violação da lei, uma ofensa ao Estado que demanda uma punição entendida como necessária para reforçar a norma social. Em oposição, na concepção de justiça restaurativa, o crime é visto como um dano à pessoa e as relações sociais, gerando uma necessidade para as vítimas. Nesse sentido, a punição é substituída pela restauração a ser definida pelas partes envolvidas. A verdade sobre o crime teria como objetivo atender a necessidade das vítimas de reparação e do perpetrador de responsabilização. Orientada por esses princípios a comissão da verdade deverá promover a reconciliação da sociedade como forma de evitar a repetição de tais violações e garantir maior estabilidade e legitimidade

ao novo governo. A comissão da verdade também é apontada como um mecanismo de cura do trauma sofrido pelas vítimas, considerada um espaço seguro, em que vítimas e perpetradores têm seu sofrimento reconhecido, permitiria a elaboração do trauma vivido por aqueles sujeitos e a sociedade. Com enfoque nas vítimas, a comissão da verdade instaura um inquérito com base na confissão de vítimas e perpetradores, estabelece audiências públicas, permitindo a elaboração do passado e a reconstrução do laço social e da comunidade política.

Sob a óptica da justiça transicional, a verdade é a condição que viabiliza a transição de regimes políticos. A verdade está articulada com noções tais como o sofrimento humano, a democracia, os direitos humanos, a reconciliação e o trauma. Esse discurso pela verdade parece privilegiar a comissão da verdade como modelo de transição para a reconciliação e cura da sociedade. Pretende-se compreender de que forma verdade e poder estão articulados na comissão da verdade. Orientada pelos princípios restaurativos e justificado pelo discurso do trauma, a comissão estabelece um inquérito que tem a confissão de vítimas e perpetradores como instrumento para afirmar uma verdade. Esse modelo de inquérito é interpretado como um ritual de passagem de um passado de violência para construção de uma sociedade democrática. Um ritual que tem no ato da confissão a delimitação de novos papéis sociais de vítimas e perpetradores e de novas relações de poder necessários para a restauração do laço social e a reconstrução política do país.

O presente estudo será orientado pela noção de Política da Verdade de Foucault, definida como: as verdades produzidas a partir das práticas sociais, que determinam certas relações de poder e constituem determinados tipos de sujeito. A história mostrou que o inquérito é o mecanismo privilegiado de pesquisa sobre a verdade, em que os atores participam desse processo por meio da confissão e que tem, na interlocução com o outro, o controle sobre a narrativa de si mesmo, nesse sentido, a confissão é considerada uma prática de subjetivação pela sujeição.

Para Foucault (2007), a crítica seria o movimento de questionar essas verdades e seus efeitos de poder, é um movimento de insubordinação que analisa as relações entre poder, verdade e o sujeito. Seguindo esse viés crítico, pretende-se entender como verdade e poder estão articuladas na comissão da verdade, como

mecanismo de reconstrução social e política, tendo como fundamento o discurso da reconciliação e da cura.

Para tal será desenvolvido um estudo do caso da Comissão da Verdade e Reconciliação da África do Sul. A justiça restaurativa passa a ser apontada como a alternativa que atende melhor ao contexto da transição política em países que passaram por um regime autoritário ou conflito civil. A comissão sul-africana é o marco dessa mudança, pois implantou os princípios restaurativos na transição fundamentado pelo discurso da reconciliação, da cura da sociedade e do perdão. Ela também se destaca pelo alcance que teve, divulgava todas as suas atividades e estabelecia audiências públicas, trazendo para o debate público as questões sobre o regime do Apartheid, garantindo a participação da sociedade como um todo pela reconciliação e cura. A fim de analisar o funcionamento do inquérito e o papel da confissão no caso sul-africano a análise vai se centrar no Relatório final da Comissão da Verdade e Reconciliação de 1998 e na Lei nº 34 Pela Promoção da Unidade Nacional e Reconciliação de 1995.

A comissão sul-africana desenvolveu suas ações por meio de três comitês. O comitê de violações de direitos humanos, investigava denúncias feita por vítimas e familiares, era o canal com as vítimas. O comitê de anistia estabelecia inquérito para apurar sobre as ações de perpetradores. Dois critérios eram determinantes nas decisões do comitê, primeiro que fosse comprovado que as ações tinham motivações políticas e segundo que o perpetrador confessasse toda a verdade sobre as violações que cometeu. O comitê de reparação e reabilitação era responsável por definir medidas de reparação, a partir das informações levantadas pelos outros comitês. Outra particularidade da comissão foi o tratamento dado a verdade, definiu quatro modalidades de verdades, a saber: verdade factual/forense, verdade narrativa, verdade social e verdade curativa. Será analisado a articulação dessas quatro verdades na reconstrução social e política da África do Sul.

O primeiro capítulo da dissertação vai abordar o desenvolvimento e instrumentalização do campo de saber da justiça transicional e como a comissão da verdade estará inserida nessa teoria e de que forma ela se consolida como mecanismo de reconciliação e cura. No segundo capítulo será analisado a

Comissão da Verdade e Reconciliação sul-africana. Após um breve histórico do regime do Apartheid, será analisada o processo de inquérito construído por esse órgão jurídico, o banco de dados, as audiências públicas, todos os elementos que foram articulados na construção das quatro verdades. No último capítulo se desenvolverá um estudo sobre a contribuição de Foucault sobre a verdade e as práticas do inquéritos de construção de verdade, tão presentes na sociedade ocidental e analisar de que forma se desenvolveu a construção da verdade na comissão da verdade sul-africana.

2

Justiça Transicional e a Comissão da Verdade

A justiça transicional se refere ao conjunto de práticas jurídicas utilizadas, especificamente durante período de transição política em países que passaram por uma mudança de regime ou um conflito civil. Segundo o International Center For Transitional Justice (ICTJ), essas práticas incluem processos criminais, comissões da verdade, programas de reparação e reformas institucionais¹.

O surgimento de vários institutos e centros de pesquisa sobre justiça transicional retratam a importância que o tema ganhou nas últimas décadas. Esse crescimento pode ser articulado com as discussões na Teoria de Segurança, na qual o Estado passa a ser questionado como único objeto de segurança, e o indivíduo e seu sofrimento passam a fazer parte do debate teórico e das decisões políticas. Os movimentos de direitos humanos contribuem para essa mudança, defendem que existem direitos que são universais a todos os indivíduos, que devem ser garantidos independentemente de qualquer orientação política. Com o sofrimento do indivíduo em primeiro plano, o aumento da pressão internacional por medidas jurídicas de transição é resultado do entendimento de que a punição não é a única forma de lidar com violação dos direitos humanos. A noção de justiça é colocada em questão diante de fatores psicológicos e sociais que passam a fazer parte do cálculo das decisões políticas.

A comissão da verdade é um mecanismo específico de investigação que visa estabelecer a verdade sobre os abusos e as violações passadas, sem que isso implique, necessariamente, o processo criminal dos perpetradores. As vítimas tem um papel central e a verdade é vista como libertadora, como fundamental para a reconciliação da sociedade. Reconciliação, reparação, perdão e cura são termos

¹ <http://ictj.org>

que vão estar associados à Comissão da Verdade, entendida como um ritual que auxilia a sociedade elaborar o trauma da violência. O presente capítulo vai abordar o desenvolvimento e a instrumentalização do campo da justiça transicional, e da Comissão da Verdade como mecanismo alternativo ao processo criminal e sua articulação com o trauma.

2.1 Justiça Transicional

Nas últimas décadas, a justiça transicional ganhou importância na agenda internacional em resposta à tensão entre a violência de Estados autoritários e a garantia dos direitos humanos nos processos de transição desses regimes. Nos anos 1970, durante o fim dos regimes autoritários de Portugal, Espanha e Grécia, houve uma forte presença dos movimentos de direitos humanos apontando para essa tensão (ZALAQUETT, 1989). Posteriormente, com o fim da Guerra Fria, observou-se no sistema internacional o movimento de transição de diversos países para um regime, democrático/liberal. A desintegração da União Soviética resultou na independência de vários países do leste europeu. Na América Latina o declínio do comunismo desencadeou o fim dos regimes autoritários vigentes naquelas regiões. Esses movimentos de democratização política e liberalização colocaram a transição como tema central na agenda dos direitos humanos e das Relações Internacionais (ANDRIEU, 2010). As questões que se colocavam eram de como lidar com esse legado da violência estatal (HERZ, 1989) e como criar condições políticas para o novo regime democrático, liberal?

O que vinha sendo questionado era o processo criminal como forma de estabelecer a verdade e fazer justiça na transição de regime. Dificuldades com o sistema judiciário, os altos custos dos processos criminais e a falta de evidências e registros sobre as violações eram apontados como fatores que atrapalhavam a instauração do processo criminal (CHAPMAN; BALL, 2001). Outro aspecto importante era o fato de vítimas e perpetradores terem que conviver em um mesmo local, assim, a reconciliação da sociedade passa a ser defendida como forma de evitar que tais violações se repetissem e garantir maior estabilidade e legitimidade para o novo governo. Em última análise, o que estava em pauta era o debate entre justiça retributiva e justiça restaurativa. Essa dicotomia marca, até o

hoje, o campo da justiça transicional. Cabe apresentar, em linhas gerais, essas duas concepções de justiça e, mais à frente, aprofundar a discussão para compreender de que forma a Comissão da Verdade se encaixa como um mecanismo de transição.

Os tribunais são operados pelos princípios da justiça retributiva, na qual o crime é definido como uma violação da lei, uma ofensa ao Estado (ZEHR, 1990 apud ROCHE, 2011). O Estado responsável por garantir a ordem social, deve identificar o perpetrador, condenar e garantir que a ofensa não aconteça novamente, punindo o infrator (SAWIN; ZEHR, 2011). Dentro dessa lógica, a punição é entendida como uma imposição de dano àquele que violou a regra, reforçando, dessa forma, a norma social (LANG, 2008). Essa punição deve ser proporcional ao crime cometido, deve infligir o sofrimento proporcional dentro do limite estipulado pela lei (ROCHE, 2011).

‘retributive justice’ (to) describe not just a particular approach to punishment, but the system for delivering punishment, and the underlying view of crime: ‘Crime is a violation of the state, defined by lawbreaking and guilt. Justice determines blame and administers pain in a contest between the offender and the state directed by systematic rules’ (ZEHR, 1990 apud ROCHE, 2011, p. 78).

Para aqueles que defendem a transição por meio da justiça retributiva, as leis internacionais como: a Convenção sobre a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (1948), Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos e Punições Cruéis, Desumanos e Degradantes (1984), a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966) determinam a responsabilidade dos Estados em punir os violadores.

A perspectiva restaurativa surge do movimento em alguns países, como EUA, Nova Zelândia, Inglaterra, de pensar alternativas para o sistema penal criminal². Howard Zehr (1990), um dos principais teóricos desse movimento (ROCHE, 2011), destaca que a lógica retributiva é limitada, pois não envolve os principais afetados no processo criminal, a saber, a vítima e a comunidade. Na perspectiva restaurativa, o crime é um dano à pessoa e às relações sociais, ele cria

² Para mais informações, consultar Roche (2011).

uma necessidade para as vítimas, a comunidade e o próprio perpetrador. Zehr (1990 apud ROCHE, 2011) destaca a natureza conflitiva do crime e o papel dos indivíduos e da comunidade para estabelecer a justiça. Essa última se daria pela reparação, estabelecida a partir de um consenso entre as partes envolvidas. “[...] a process whereby the parties to a conflict resolve to deal with the consequences of the conflict and its implications for the future in a collective and mutually acceptable manner” (VILLA-VICENCIO, 2006, p. 387). A reparação, ao contrário da punição, teria como objetivo a cura e a restauração de todos os envolvidos: a vítima, o criminoso, os familiares e a comunidade (VILLA-VICENCIO, 2006). O enfoque está em estabelecer a verdade sobre o crime, atender a necessidade dos envolvidos, principalmente da vítima, e a responsabilização do infrator. Para a reconciliação, a comissão da verdade e processos de anistia vão ser os instrumentos privilegiados durante a transição de regime.

[...] justice advocates argue that some of the victims’ most critical needs cannot be met without genuine engagement and empowerment; these include the need to tell one’s story and to obtain authentic information related to the case. (SAWIN; ZEHR, 2011, p. 45)

Esse debate é incorporado ao campo da justiça transicional diante das limitações dos processos criminais, tanto nos tribunais nacionais quanto nos internacionais, mas principalmente porque se verifica que o processo de transição não é efetivo sem a reconstrução do laço social.

For justice to be respected in an emerging democracy where the memory of illegitimate rule and lawlessness is still an agonizing reality, the re-establishment of the rule of law is essential to the establishment of a partnership between victim, offender and community given to the building of a qualitatively different kind of society. The establishment of sustainable peace and the rule of law is, at the same time, impossible to attain without a reasonable level of cooperation between victims, offenders and others in pursuit of this goal. (VILLA-VICENCIO, 2006, p. 390)

Nas últimas décadas, a justiça transicional, até então vista como um conjunto de práticas jurídicas utilizadas em períodos de mudança de regime, ganha importância no debate internacional e se consolida como campo de saber

(ANDRIEU, 2010; ARTHUR, 2009). Atualmente, são vários os centros de pesquisa que vêm teorizando sobre essas práticas jurídicas de transição. Entre os principais, estão o International Center for Transitional Justice e o Institute for Justice and Reconciliation (MOON, 2008).

Para Teitel (2003, p. 69), Justiça transicional é “...the conception of justice associated with periods of political change, characterized by legal responses to confront the wrongdoings of repressive predecessor regimes”. Com base nessa definição, desenvolve um estudo genealógico, no qual identifica três períodos: Justiça transicional Pós-Segunda Guerra Mundial, Justiça transicional Pós-Guerra Fria e Justiça transicional de Estado Estável.

O primeiro período, Pós-Segunda Guerra Mundial, é caracterizado pela tentativa de definir os parâmetros de punição justificável pelos crimes de guerra, o que culminou com estabelecimento do Tribunal de Nuremberg. A noção de justiça vai ser caracterizada pela responsabilidade penal internacional, e a punição passa a ser dos dirigentes políticos, ou seja, é também do indivíduo, não fica mais restrita ao Estado. Nuremberg consolida, portanto, um modelo jurídico universalizante que vai fundamentar os debates sobre justiça transicional (TEITEL, 2003). Conforme a autora, na segunda fase, no Pós-Guerra Fria, o debate sobre justiça se amplia diante do grande número de países que passavam pelo processo de transição para a democracia:

The transitional dilemmas at stake in Phase II were framed in terms more comprehensive than simply confronting or holding accountable the predecessor regime, and included questions about how to heal an entire society and incorporate diverse rule-of-law values, such as peace and reconciliation, that had previously been treated as largely external to the transitional justice project. Accordingly, the move away from judgment associated with international justice reflected a shift in the understanding of transitional justice, which became associated with the more complex and diverse political conditions of nation-building. (TEITEL, 2003, p. 77)

Esses processos de transição ocorreram em países da América Latina, Leste europeu e África e tinham como principais questões a legitimidade e a manutenção da estabilidade dos novos governos. Foi nesse contexto que o debate entre paz e justiça ganhou destaque. A justiça por meio dos processos criminais deixou de ser o principal objetivo, a paz e a reconciliação passaram a ser

entendidas como uma maneira mais efetiva de garantir a estabilidade do novo governo. Teitel (2003) fala de uma jurisprudência do perdão e da reconciliação, que tem como objetivo não só a justiça mas também a paz tanto para o indivíduo quanto para a sociedade como um todo. Nesse sentido, a autora afirma que o problema da justiça foi redimensionado para uma perspectiva mais moral e psicológica como forma de redefinir a identidade política local. A verdade ganha importância, e a comissão da verdade passa a ser o mecanismo privilegiado nos processos de transição:

Transitional justice became a form of dialogue between victims and their perpetrators. There was a move away from the Phase I focus on universalizing judgment to a focus on rebuilding political identity through rule of law, premised on local understandings of legitimacy. (TEITEL, 2003, p. 80)

A terceira fase é caracterizada pelo cenário político internacional de muitos Estados em conflitos civis, como em Ruanda e na Iugoslávia, conflitos marcados pelo genocídio. Nesse contexto, após a criação dos tribunais penais *ad hoc* para Ruanda e Iugoslávia, tem-se a criação do Tribunal Penal Internacional (TPI). Para Teitel (2003), a criação do TPI representa uma normalização da justiça transicional. Ao contrário da fase anterior, em que as práticas jurídicas de transição eram caracterizadas como um procedimento específico para contextos de mudança de regime, à medida que os crimes de guerra, o genocídio e os crimes contra a humanidade passam acontecer com maior frequência no contexto da lei internacional, o TPI surge como uma tentativa de lidar com esses crimes em uma linguagem universal. O modelo retributivo volta ao primeiro plano.

Elster (2004) trata o tema por uma perspectiva histórica das práticas de justiça transicional e ressalta a dificuldade de delimitar uma teoria em função da influência dos fatores locais no processo, o que impossibilita estabelecer generalizações. Assim, o autor opta por fazer um histórico das práticas jurídicas de transição a fim de propor um quadro analítico que explique as diferenças entre os casos. Ele define justiça transicional como processos de julgamento e reparações que ocorrem durante a transição de um regime político. Com base nisso, ele afirma que é possível identificar práticas de transição ainda na Grécia

Antiga durante a restauração democrática ateniense em 411 A.C³.

Até aqui é possível perceber que a forma como cada autor conceitua a justiça transicional determina os diferentes recortes históricos e, conseqüentemente, evidencia a dificuldade em precisar onde começa a história do campo da Justiça Transicional. Segundo Arthur (2009), essas abordagens recaem em uma forma de anacronismo histórico, porquanto estabelecem uma definição de justiça transicional que atribui um sentido que não necessariamente condiz com a compreensão que os atores lhe atribuíam durante os acontecimentos. Para a autora, foram os dilemas práticos que fundamentaram o surgimento do novo campo de estudo chamado de Justiça Transicional.

The field of “transitional justice” — an international web of individuals and institutions whose internal coherence is held together by common concepts, practical aims, and distinctive claims for legitimacy — began to emerge as a response to these new practical dilemmas and as an attempt to systematize knowledge deemed useful to resolving them. The field of transitional justice, so defined, came directly out of a set of interactions among human rights activists, lawyers and legal scholars, policymakers, journalists, donors, and comparative politics experts concerned with human rights and the dynamics of “transitions to democracy,” beginning in the late 1980s. (ARTHUR, 2009, p. 324)

Seguindo a perspectiva de Arthur (2009), o presente trabalho vai delimitar a análise do campo da Justiça Transicional à construção conceitual desse novo saber. Como ponto de partida, investiga a invenção e aceitação do termo *justiça transicional*, criado como resposta a novos problemas e para legitimar novas práticas (ARTHUR, 2009). O termo *transição* surge no final da década de 1980 como: “a device to signal a new sort of human rights activity and as a response to concrete political dilemmas human rights activists faced in what they understood to be ‘transitional’ contexts” (ARTHUR, 2009, p. 326).

Nesse primeiro momento, o termo *transição* aparece em alguns textos acadêmicos em referência a Estados em transição para um regime democrático. No entanto, é durante a conferência do Instituto Aspen, “State Crimes: Punishment or Pardon”, que se consolida uma estrutura conceitual desse novo

³ A Restauração democrática ateniense foi o processo de restabelecimento da democracia após a tentativa da Oligarquia assumir o poder, por meio de um golpe (ELSTER, 2004).

saber (ARTHUR, 2009). Essa conferência aconteceu em novembro de 1988 e tinha como objetivo debater as questões morais, políticas e jurídicas envolvidas na transição de regimes. Aspen foi a expressão de um momento histórico em que o problema da transição se colocava de forma aguda. Diversos países passavam por esse processo de mudança de regime político, especialmente, na América Latina com o fim das ditaduras militares e no Leste Europeu com a desintegração da URSS.

A discussão central da conferência foi a crescente participação das organizações internacionais de direitos humanos nesses processos de transição política. Esse maior protagonismo era explicado pelo caráter liberal desses processos, pois a maioria dos países tinham como objetivo a transição para um regime democrático, o qual tem como um dos seus fundamentos a promoção dos direitos humanos. Assim, observou-se que, durante o período de repressão, essas organizações internacionais de direitos humanos atuavam ao lado da oposição a fim de promover a garantia dos direitos humanos; no período de transições, esses ativistas passaram a atuar diretamente com os novos governos que tinham essa temática como uma de suas políticas (ZALAQUETT, 1989). A Argentina é um exemplo da participação dessas organizações ao lado dos governos. Atuaram colaborando com as investigações judiciais, sugerindo sobre as ações do governo em relação a essas violações e seu planejamento político: “the political aspects of the transition were so intertwined with human rights issues that it was hardly possible to address the latter without being mindful of the complexities of the former” (ZALAQUETT, 1989, p. 26).

Outra questão debatida foi um potencial avanço do direito criminal internacional diante da responsabilidade dos Estados em punir os violadores de direitos humanos. Foram apontados alguns tratados que selam o compromisso em punir, como na Convenção para Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio (1948) nos artigos 1º, 4º e 5º que afirmam a obrigação de punir atos de genocídio; ou na Convenção contra Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (1984), que, no artigo 4º afirma que a tortura deve ser considerada crime passível de punição (HENKIN, 1989). Essa discricionariedade de um novo governo em punir os violadores foi questionada como a melhor opção por muitos teóricos. O que se observava era que esses novos governos estavam

fragilizados, não tinham a legitimidade política para punir em função de corrupção, de um judiciário enfraquecido e a atuação de muitos profissionais jurídicos que faziam parte do antigo regime. Nesses casos, os processos criminais geravam mais instabilidade para o governo e a pacificação era mais efetiva para garantir a legitimidade e o estabelecimento do Estado de Direito (HENKIN, 1989).

O consenso da Conferência foi sobre a obrigação dos Estados de investigar e reconhecer a verdade sobre o legado de violações. O reconhecimento oficial da verdade responde a demanda de justiça das vítimas, favorece a reconciliação nacional, previne que os perpetradores se eximam da culpa ao estabelecer uma versão oficial dos fatos, que fará parte da história do país (HENKIN, 1989). Além disso, a escolha pela política que será adotada, processo criminal ou a reconciliação, deve ser feita com a participação da sociedade, para estabelecer a versão oficial da verdade (ZALAQUETT, 1989).

The important thing is that the truth is established in an officially sanctioned way, in a manner that allows the findings to form part of the historical record of the nation and that established an authoritative version of the events, over and above partisan considerations. (ZALAQUETT, 1989, p. 31)

Muito se discutiu também sobre as dificuldades em relação às violações de direitos humanos cometida pelas autoridades militares, pois, em muitos casos, os militares alegavam a necessidade de tais ações violentas para garantir a segurança nacional. Outro aspecto debatido foi o princípio da responsabilidade dos soldados ou polícia em obedecer ordens superiores. Expresso no *Principles of International Law Recognized in the Charter of the Nürnberg Tribunal and in the Judgment of the Tribunal*, documento criado em 1950, após o tribunal, o princípio IV afirma que obediência de ordens superiores não isenta o militar da responsabilidade pelo crime ante a lei internacional, a não ser em casos em que não há uma opção moral (ZALAQUETT, 1989).

Esses temas se consolidaram nos mecanismos que compõe as práticas atuais de justiça transicional. São elas: ações penais, comissão da verdade, transformações dos aparelhos de segurança e reparação ou compensação de danos. Essas ações atendem a dois objetivos normativos centrais, segundo Arthur (2009): o de promover justiça para as vítimas e facilitar a transição para o regime

democrático.

Outro aspecto importante da análise de Arthur (2009) é seu questionamento acerca do estabelecimento do paradigma do termo *transição para democracia*: por que a transição democrática se consolidou como única perspectiva por meio da qual as mudanças políticas passaram a ser interpretadas? Ela atribui quatro fatores a isso. Primeiramente, no final dos anos 1980, a maioria dos países que passavam por mudanças políticas tinham como objetivo a democracia. Além disso, as primeiras teorias de democratização estavam associadas a um processo de modernização socioeconômica. Isso se transforma, e o processo de democratização passa a ser visto como algo universalmente aplicável por meio da negociação com a elite e de reformas jurídicos-institucionais. Um terceiro fator é a mudança do conceito de transição, anteriormente associado ao discurso marxista que apontava as várias etapas de transformação social e econômica de uma sociedade como o caminho para se chegar ao socialismo e ao comunismo. Já no Pós-Guerra Fria, o termo *transição* aparece relacionado às reformas políticas por meio da mudança jurídico-institucional. Associado a essa transformação do conceito de transição, segundo a autora, há o declínio global da esquerda, o que repercute no movimento de direitos humanos, pois há um abandono do discurso de classe para descrever a violência de Estado em favor da linguagem dos direitos humanos (ARTHUR, 2009). O paradigma da transição democrática parece se consolidar como opção política frente ao declínio da esquerda, o que vai caracterizar diferentes reivindicações de justiça e mecanismos.

Seguindo essa linha de análise, para Kim (2014), a justiça transicional surge como um campo de saber associado ao paradigma da transição democrática. Com base nisso, vai ser conceituada como as medidas legais de transição para regime democrático em países que passaram por um governo autoritário ou conflito.

In recent times, this spillover of transitional justice into conflict resolution has been the result of changing practices in world politics. In the face of new ethnic and civil conflicts in the former Yugoslavia, Rwanda and El Salvador, diplomats, peace negotiators and international organizations considered – and actually adopted – trials and truth commissions before, during and after conflict resolution. (KIN 2014, p.31)

Esse autor ressalta que as medidas jurídicas de transição em ambos os contextos de mudança tem como objetivo central a prestação de contas (*accountability*), entendida como:

Accountability means that ‘some actors have the right to hold other actors to a set of standards, then judge whether they have fulfilled their responsibility and to impose sanctions if they determine these responsibilities have not been met’ (KEOHANE; GRANT 2005, p. 29 apud KIN, 2014, p. 32).

Kin (2014) vai analisar a construção conceitual da justiça transicional a partir de um histórico dos três principais debates do campo. O primeiro debate surge com a criação do Tribunal Internacional para a ex-Iugoslávia, em relação à oposição entre a punição e o perdão. Advogados internacionais defendiam a criação de tribunais, enquanto acadêmicos acreditavam que o processo criminal aumentava a tensão e prejudicava o processo de democratização, a verdade sobre as violações era mais importante do que punir.

Nesse contexto, surgem outras alternativas ao processo criminal, como a comissão da verdade. É quando se instaura o debate entre justiça retributiva e a restaurativa. Dois episódios vão contribuir para isso: o consenso sobre a verdade na Conferência de Aspen, de 1988, e a Comissão da Verdade e Reconciliação da África do Sul, em 1995, que apontava a reparação como uma terceira via entre o processo criminal e a impunidade. Assim, o que passa a ser questionado é o tipo de justiça, retributiva ou restaurativa, e não mais a oposição entre verdade e justiça. É nesse contexto que a justiça transicional se consolida como instrumento de política de proteção aos direitos humanos utilizada por Estados e por Organizações Internacionais e tem suas práticas e procedimentos padronizados.

Transitional justice has become something that is ‘normal, institutionalized, and mainstreamed’ (McEvoy and McGregor 2008: 16), and transitioning states are now ‘expected, encouraged, or even coerced’ to adopt transitional justice by ‘the international justice industry’ (Subotic 2009: 21) (KIN, 2004, p. 36).

O terceiro debate é referente a essa padronização, em consequência da participação de atores internacionais e a importância dos atores locais, da

sociedade civil como forma de garantir que as especificidades de cada local sejam levadas em conta, atualmente, o modelo híbrido, o trabalho conjunto no âmbito internacional e nacional, é apresentado como o modelo ideal (KIN, 2004).

A comissão da verdade surge em meio à construção do campo da Justiça Transicional. Analisar o histórico da constituição desse novo saber ajuda a compreender a conceituação da comissão da verdade e como ela vai se consolidar como um mecanismo privilegiado de transição. Esse instrumento tem como seu fundamento a justiça restaurativa, e o que está em primeiro plano é a verdade como forma de prestação de contas, como reconhecimento das violações e do sofrimento das vítimas. A comissão da verdade visa reforçar as instituições políticas e jurídicas dos novos Estados, mas o que está na base desse processo é a reconstrução do laço social, como se verá a seguir.

2.2 Comissão da Verdade

Como apresentado anteriormente, no debate sobre o campo da Justiça Transicional, é consenso a centralidade da verdade nos processos de transição de regime. O inquérito sobre a verdade, seja para estabelecer um processo criminal ou para a reconciliação, tem papel central na reconstrução da história, da sociedade e da identidade política. Como apontado no relatório da Conferência de Aspen:

Although there were different views as to the extent of the obligation to punish, there was common agreement that the successor government has an obligation to investigate and establish the facts so that the truth be known and be made part of the nation's history. Even in situations where pardon or clemency might be appropriate there should be no compromising of the obligation to discover and acknowledge the truth.” (HENKIN, 1989, p. 4-5)

Na conferência, foi afirmada a obrigação dos Estados com a verdade. Atualmente, essa obrigação dos Estados em investigar e tornar pública a verdade sobre violações passadas é afirmada por tribunais internacionais e em resoluções

aprovadas pela ONU e outras instituições intergovernamentais (HAYNER, 2010). Para Hayner (2001), a obrigação dos Estados de investigar e punir violações de direitos humanos estaria implicada no direito dos cidadãos de saberem a verdade: “International Human Rights Law obliges states to investigate and punish violations of human rights, within this is the inherent right of the citizens to know the results of such investigation” (HAYNER, 1994). A autora destaca também a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso de Velásquez Rodrigues em 1988, que determinou como dever do Estado investigar e divulgar informações sobre desaparecidos a seus familiares⁴. Já La Rue e Carver interpretam, no artigo 19º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que o direito à verdade estaria incluído no trecho que se refere ao “direito de procurar, receber e transmitir informação”⁵ (HAYNER, 2001). A ONU publicou alguns relatórios e resoluções como: “Report of the independent expert to update the set of principles to combat Impunity(2005)”, o “Study on the Right to the Truth: Report of the Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights (2006)” e “Resolution Adopted by the Human Rights Council: Right to the Truth(2009).”; que afirmam a obrigação dos Estados com a verdade (Hayner, 2010).

A comissão da verdade surge como uma forma de responder a esse entendimento e tem como objetivo estabelecer um inquérito sobre a verdade a favor da reconciliação. A primeira comissão implantada foi em Uganda, em 1974, nomeada de “Commission of Inquiry into Disappearances”, embora não tenha sido desenvolvida em um contexto de transição, foi criada pelo presidente Idi Amin em resposta à pressão pública e internacional para investigar os desaparecimentos de pessoas pelos militares durante o seu governo. A comissão contou com audiências públicas e um relatório final, nunca publicado, com recomendações para que houvesse uma reforma das forças policiais. Assim, seu desfecho foi de pouco impacto nas práticas do governo de Amin (HAYNER, 1994). Até o presente, foram estabelecidas mais de quarenta comissões

⁴ Para mais informações sobre o caso, ver: www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_04_ing.pdf.

⁵ Artigo XIX: “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.” (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2000)

(HAYNER, 2010), sendo a maioria no continente africano, onde os exemplos que se têm são de pequenas comissões, com pouca publicidade e baixos índices de efetividade. Já na América Latina, esses processos tiveram mais desdobramentos, com grande comprometimento dos governos e ampla participação pública, como no caso da Argentina e a busca pelos desaparecidos (HAYNER, 2001). Hayner (2001) destaca que, após a criação da Comissão Nacional de Reconciliação da África do Sul, essa prática tem sido recorrente: “The truth commissions now being created are much more likely to be larger and more substantial endeavors, and to receive greater international oversight and input.” (HAYNER, 2001, p. 33). Apontada como um modelo que apresenta um terceiro caminho, nem a punição nem a impunidade, a Comissão da Verdade teve como enfoque trabalhar o perdão para a reconstrução da sociedade sul-africana.

A comissão da verdade ganha importância diante das dificuldades práticas identificadas em diversos casos de países que adotaram a punição como resposta a essas violações durante a transição. Problemas como a insuficiência das instituições jurídicas, pouco recursos financeiros, a falta de evidências e registros, que normalmente são destruídos, e o fato de que muitos profissionais qualificados para atuar nesses processos criminais terem feito parte do governo violador; impediam muitas vezes o pleno estabelecimento dos processos criminais (CHAPMAN; BALL, 2001). Além dessas dificuldades, para Hayner (2001), a prestação de contas por crimes e abusos estatais envolve questões mais amplas do que a jurídica, tais como políticas, sociais e psicológicas, por isso, o processo criminal como único mecanismo de transição não é efetivo.

It is partly due to the limited reach of the courts, and partly out of a recognition that even successful prosecutions do not resolve the conflict and pain associated with past abuses, that transitional authorities have increasingly turned to official truth-seeking as a central component in their strategy to respond to past atrocities. (HAYNER, 2001, p. 14)

O contexto da transição de regime possui especificidades como o restabelecimento do Estado de Direito, envolve a reconstrução da comunidade política, a legitimação do novo governo, a reconstrução dos laços sociais e o trauma das vítimas. A comissão da verdade é apontada como forma de dar conta dessas questões, fundamentada no paradigma da justiça restaurativa, que tem

como princípios: a participação e o consenso das partes envolvidas (perpetradores, vítimas e comunidade), a reparação das vítimas e o fortalecimento da comunidade para prevenir futuros danos (SUSAN SHARPE, 1998 apud AME; ALIDU, 2010).

Esses princípios vão nortear os objetivos de uma comissão da verdade, caracterizada como um órgão temporário, atrelado ao governo, criado para investigar abusos e violações passadas de direitos humanos (HAYNER, 2001). Apesar de uma comissão enfrentar muitos dos mesmos problemas que um tribunal criminal – como dificuldade de financiamento e falta de evidências e registros –, a lógica restaurativa possibilita que a comissão tenha uma abrangência maior dos fatos, pois abre espaço para a participação de todos os envolvidos, e a verdade estabelecida a partir das confissões e dos testemunhos desses envolvidos.

Para Chapman e Ball (2001), o principal objetivo de uma comissão deve ser investigar a macro verdade : “it is our view that truth commissions are far better suited to pursue what we have termed “ macro-truth,” the assessment of contexts, causes, and patterns of human rights violations...” (CHAPMAN; BALL, 2001, p. 41). Ela estabelece um inquérito para investigar as violações, ocorridas, determinar padrões e quais foram as principais causas e consequências da violência, em um âmbito mais geral e não se restringi a casos específicos. Hayner (2001) também defende que o papel da comissão é de estabelecer um panorama mais geral, portanto, deve investigar os padrões de abusos durante um determinado período ao invés de se deter a eventos específicos. Todas essas informações vão ser documentadas em um relatório final que vai conter recomendações. Esse relatório vai representar o reconhecimento oficial dos fatos. Diferente de um inquérito judicial, não tem o poder de punir e não tem meios de obrigar o cumprimento de suas recomendações, no entanto, fornece um registro mais abrangente do passado do que o julgamento de indivíduos (CHAPMAN; BALL, 2001).

Em *Unspeakable Truths*, Hayner (2001) aponta que uma comissão pode ter vários objetivos, como a reconciliação, legitimar o novo governo no âmbito nacional e internacional, ser a primeira etapa dos processos criminais e servir como instrumento de cura (*healing*). A ênfase em cada um desses objetivos vão variar nos diferentes casos de acordo com o contexto histórico, social e cultural de cada país (HAYNER, 2001).

O relatório final é o reconhecimento oficial das violações ocorridas. Esse

reconhecimento oficial é uma forma de sancionar que esses crimes não são aceitáveis pelo atual governo, garantindo maior legitimidade, e, para a comunidade internacional, é um esforço desse novo regime se reposicionar em relação aos direitos humanos, conquistando maior legitimidade frente outros países (HAYNER, 2001). Esse documento final produzido pela comissão da verdade marcaria, portanto, a ruptura com o regime anterior.

Com enfoque nas vítimas, o inquérito é estabelecido com base nos testemunhos delas, estabelece audiências públicas, dá voz ao sofrimento dessas pessoas e apresenta um programa de reparação que atenda as necessidades dessas vítimas e dos familiares de mortos e desaparecidos. Para Hayner (2001), a comissão da verdade cria um espaço seguro para o testemunho das vítimas, que têm, no reconhecimento oficial da verdade, o reconhecimento do seu sofrimento (HAYNER, 2001).

Outro objetivo é responsabilização dos perpetradores, em alguns casos a comissão serve como evidência no processo criminal; em outros, a responsabilização é moral. Esse foi o caso da África do Sul, que, apesar de ter concedido anistia para aqueles que confessaram seus crimes, o efeito da confissão foi o julgamento moral da sociedade. Esse julgamento moral representa a consolidação do que passa a ser inaceitável dentro da sociedade e enquadra os eventos em uma nova narrativa nacional de reconhecimento, responsabilidade e valores cívicos (CHAPMAN; BALL, 2001). A responsabilidade das instituições também é objeto de investigação pelos abusos e de análise para reformas.

A reconciliação é outra meta. O espaço da comissão seria um espaço de elaboração do período de violência. Para tal, a participação de toda a sociedade é o que favorece esse processo. A Comissão acaba sendo um local seguro em que vítimas, familiares, perpetradores e testemunhas podem compartilhar suas experiências e seu sofrimento. Promove, assim, um debate público que vai constituir a nova narrativa nacional.

The truth commission should be a public affair. I wanted people to see the process and to locate themselves in the process. I wanted to use the commission to encourage public debate. (JEAN, 1995 apud HAYNER, 2001, p. 82)

No entanto, esse é um objetivo questionado pelos críticos da comissão da

verdade, pois não são em todos os casos que a verdade é conciliadora. Muitas vezes, ela tem o efeito contrário, retoma as divisões, pode gerar sentimentos de vingança, levando a um aumento da tensão e possível escalada da violência. Baehr (2007) ressalta que a verdade por si só não é reconciliadora, esse processo demanda um longo tempo e envolve outros aspectos como a justiça social, as condições socioeconômicas. Nesse sentido, a comissão da verdade é um primeiro passo no processo de reconciliação, pois, mesmo que a verdade, em um primeiro momento, possa gerar mais tensão, ela coloca em pauta os temas que ainda geram conflito. Assim, mais do que a verdade em si, importante é o uso que se faz dessa verdade.

Nesse contexto, a questão que se coloca é: a que objeto que a verdade se refere? Sempre apontada como uma realidade objetiva, são vários os fatores que influenciam na sua delimitação. Assim como a noção de justiça e reconciliação, a verdade é um conceito de difícil demarcação (PARLEVLIET, 1998). Hayner (2001) destaca a importância de um mandato bem definido para que a Comissão tenha bons resultados, no entanto, isso vai condicionar a verdade ao que foi estabelecido nesse documento. Outras restrições, como o prazo, recursos financeiros e pressões políticas, vão influenciar no processo e, conseqüentemente, na verdade.

No caso da Comissão de Verdade e Reconciliação da África do Sul, seu mandato especificava a investigação de graves violações de direitos humanos que eram: os homicídios, o desaparecimento, a tortura e os maus-tratos; outros abusos como as remoções forçadas e os crimes de violência sexual não foram abordados (HAYNER, 2001). A metodologia de investigação também vai condicionar a verdade, destaca Hayner (2001). Normalmente, a coleta e o armazenamento de dados é feita por meio de mecanismos quantitativos, como bancos de dados. Esses métodos quantitativos por um lado são mais efetivos, em função do grande número de testemunhos e porque garantem maior neutralidade; por outro lado, não levam em consideração as variáveis qualitativas. Assim, mostram o que aconteceu mas não o porquê (HAYNER, 2001).

Chapman e Ball discutem, em seu artigo “The Truth of Truth Commissions: Comparative Lessons from Haiti, South Africa, and Guatemala (2001)”, o caráter subjetivo da verdade. Ela seria uma construção composta por vários elementos como influência da comunidade em que se vive, o meio social e

as experiências pessoais, como memórias e fantasias. Especificamente, em relação à comissão da verdade, esse processo é delicado, pois o contexto de conflito e instabilidade política atravessam as narrativas sobre o passado. “Far from facts being self-explanatory and just waiting to be discovered, the writing and interpretation of history under such circumstances is inevitably going to be complex and highly contested” (CHAPMAN; BALL, 2001). Além disso, uma comissão se baseia principalmente nos testemunhos das vítimas, ou seja, nas suas lembranças de um período traumático, o que faz com que aspectos psicológicos influenciem nos depoimentos.

Public memories are likely to be influenced by a variety of interpretative factors, including community, cultural, or traditional myths and personal fantasies. “All social memory, be it documented through the oral, written or visual mediums, is both reconstructed and selective.” (Field, 1999) (CHAPMAN; BALL, 2001, p. 23)

2.3 O Trauma e a Comissão da Verdade

A comissão da verdade como mecanismo privilegiado de transição política articula a verdade como forma de elaborar o trauma vivido por aqueles que viviam em contextos de violência estatal. A articulação da comissão da verdade com a noção de cura e reconciliação tem como fundamento a lógica do trauma e coloca em primeiro plano a vítima. Esse sofrimento da vítima expresso no trauma passa a fazer parte das decisões políticas, mobilizando investimentos, programas de pesquisa e políticas públicas. O discurso do trauma passou a ser dominante como forma de representar a relação com o passado, segundo Fassin (2009). Por meio de uma análise crítica, ele analisa quais as práticas sociais que levaram essa expansão do trauma para além do saber psiquiátrico, atribuindo uma nova linguagem para esses eventos e, conseqüentemente, levou a consolidação de um paradigma do trauma.

Para Fassin (2009), a genealogia desse conceito indica que a passagem da neurose traumática para o transtorno de estresse pós-traumático não é resultado de um aperfeiçoamento do diagnóstico, mas sim de dois fatores: uma aproximação entre a opinião pública (por meio dos movimentos sociais) e a disciplina da saúde

mental, e de uma reestruturação moral que passa a definir a relação com a desgraça, memória e subjetividade pelo sofrimento. Nesse sentido, afirma que há uma traumatização da experiência em consequência de uma dupla genealogia:

There is a moral genealogy running parallel to the scientific development. It derives from the collective process by which a society defines its values and norms, and embodies then in individual subjects. That process functions by taking account of the ways in which trauma neurosis is understood and using them to legitimize or exclude, compensate or condemn those who, for a long time, were neither thought of nor named as victims. (FASSIN, 2009, p. 30)

A neurose traumática surge na Inglaterra, entre 1866 e 1870, com o estudo de Charcot sobre os efeitos no sistema nervoso em consequência dos acidentes ferroviários. Fassin (2009) destaca que a teoria se desenvolve segundo uma lógica da compensação, com o desenvolvimento da lei de acidentes e o surgimento das primeiras empresas de seguro. Junto a isso, surge a disciplina da psiquiatria forense, responsável por avaliar os diversos casos e verificar a veracidade da doença, ou seja, se era passível de indenização ou se era fingimento (sinistrose). Paralelo a isso, Freud e Janet desenvolviam suas teorias que apontavam para os aspectos psíquicos do trauma (FASSIN, 2009).

O segundo momento é da perspectiva da psiquiatria de guerra que era ligada à medicina militar. Nesse período, as ações militares eram pautadas pelo ideal patriótico, em que lutar ou morrer em combate eram sinais de coragem, vistos como um grande favor a pátria. Eram esses valores que pautavam o diagnóstico da neurose traumática, considerada uma simulação de doença (sinistrose), que os soldados desenvolviam como forma de serem dispensados do campo de batalha. Além disso, o reconhecimento do sofrimento desses soldados era problemática pois podia implicar em compensações financeiras, assim como nos casos de acidente ferroviário. A prática psiquiátrica militar era de identificar os casos de fingimento da doença utilizando, muitas vezes, métodos terapêuticos agressivos, como a terapia de choque. Assim, os soldados que apresentavam a neurose traumática eram vistos como suspeitos. Durante a Primeira Guerra Mundial, a perspectiva do ideal patriótico era o que justificava as práticas psiquiátricas, a teoria freudiana do trauma, desenvolvida nesse período, estava à

margem das práticas da psiquiatria de guerra. A neurose traumática era vista, portanto, como um sinal de covardia. “[...] war psychiatry, because it adopted the patriotic ideal, was force to modify early theories on trauma in order to make then compatible with the expectations of the military authorities” (FASSIN, 2009, p. 44).

Fassin (2009) destaca um estudo da época, no qual o trauma é caracterizado não pelo evento em si, mas pelo fator surpresa da experiência. Assim, os desastres podem gerar trauma em qualquer um, mas, no caso de conflitos, isso não acontece, pois os soldados estão esperando um bombardeio ou uma batalha. Nos casos em que o trauma foi diagnosticado, as pessoas tinham alguma pré-disposição patológica. A surpresa não poderia ser o fator determinante para o trauma do campo de batalha. Esse estudo identificou que a doença mental era mais comum em oficiais do que nos soldados, pois esses tinham maior capacidade de analisar riscos e o perigo da situação. Soldados não tinham essa capacidade, não tinham por que ter medo, logo aqueles que tinham, eram considerados egoístas e medrosos. Na prática, o que se verificava era que o número de casos de neurose traumática era enorme entre os soldados.

Os psicanalistas de guerra desse período defendiam o tratamento não violento por meio da técnica da íntima confissão, ao contrário da prática comum do choque. Essa terapia implicaria no reconhecimento por meio da confissão das próprias fraquezas. Dessa forma, propunham uma humanização do tratamento e técnica terapêutica da autoconfissão, que, posteriormente, se tornou o principal padrão da narrativa do trauma. Apesar disso, muitos psicanalistas eram influenciados pelo ideal patriótico, reconheciam a importância dos soldados lutarem por sua pátria, mas diferente da psiquiatria militar, atribuíam à subjetividade do indivíduo – seu histórico e suas relações – a propensão de desenvolver ou não o trauma. Para Ferenczi (1918, apud FASSIN, 2009), por exemplo, a doença se manifestava como resultado de ganho secundário inconsciente, no qual o ganho em não voltar para o campo de batalha era maior do que o sofrimento com os sintomas da doença. A noção da neurose traumática como um fingimento também está presente aqui, mas como um mecanismo inconsciente. Fassin (2009) demonstra que, ao contrário do que a maioria dos históricos sobre o Transtorno de Estresse pós-traumático afirma, a teoria

psicanalítica não teve muita influência na prática da psiquiatria militar, o que se verifica nesse período é uma lacuna entre o desenvolvimento teórico do trauma e a prática.

No Pós-Segunda Guerra Mundial, a experiência dos campos de concentração, do extermínio em grande escala leva a uma reconfiguração da neurose traumática (FASSIN, 2009). O primeiro aspecto que se transforma é o do trauma como resultado do indizível, como a representação da experiência universal humana em condições extremas, e não mais como relacionada à experiência individual. O Holocausto inverte a lógica da neurose traumática, o normal de uma experiência extrema é o trauma, e não uma minoria que tinha uma predisposição. Surge a noção da vítima associada à síndrome do sobrevivente, que se refere à culpa da vítima que testemunhou o indizível. Nesse sentido, a culpa do sobrevivente reformulou o papel da vítima também como testemunha. Com isso, o fator traumático deixa de ser as disposições individuais e passa a ser a situação externa. Esse reconhecimento dessa memória social das vítimas não teve tanto impacto no tratamento dos sobreviventes, a prática psiquiátrica oscilava entre negação da existência desse transtorno nos sobreviventes, com base na perspectiva darwinista de que os mais fortes sobreviveram, e no fato de que o normal eram os sintomas do trauma nesse tipo de experiência. O central dessa reconfiguração é o *status* do paciente que passa a ser de vítima, e não mais de um suspeito. É nesse período que a concepção freudiana do trauma vai ser retomada para responder a essa experiência extrema.

Durante os anos 1980, essa reconfiguração do trauma vai ser legitimada na definição no Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorder (DSM III) nos Estados Unidos. Dois movimentos sociais tiveram importante participação nesse processo. O movimento feminista junto com o movimento contra o abuso infantil defendia que os mesmos sintomas de vítimas do Holocausto, como negação, sonhos recorrentes e *flashbacks*, podiam ser encontrados no caso de abusos sexuais. Esse movimento fazia crítica a teoria freudiana da sedução, que afirmava que a experiência de abuso sexual da histérica era, na realidade, uma fantasia, por isso tinham como objetivo garantir o reconhecimento de que o evento é o fator etiológico do trauma. Outro movimento de extrema importância na legitimação do

diagnóstico do trauma foi o movimento dos veteranos da guerra do Vietnã nos Estados Unidos (FASSIN, 2009).

A Guerra do Vietnã foi um conflito que não contou com o apoio da opinião pública. Além disso, houve diversas denúncias de medidas excessivas por parte do exército americano. Todos esses fatos influenciaram na delimitação do trauma segundo o DSM III. O consenso sobre o fator etiológico de o trauma estar no evento também se aplicava aos soldados, ou seja, esses também eram pessoas normais passando por uma situação extrema. Essa interpretação do trauma do combatente atendeu a diversos grupos sociais. Para os veteranos ativistas contrários à guerra, essa foi uma forma de denunciar a guerra sem que os soldados fossem punidos. Colocar vítimas e perpetradores na mesma classe ressalta a humanidade do perpetrador que se expressa pelo trauma. Essa foi a forma encontrada de lidar política e financeiramente com os veteranos do Vietnã. A mudança do título de neurose traumática para a de Transtorno de Estresse Pós-Traumático no DSM III reflete a convergência dos movimentos clínicos que buscavam legitimidade científica e dos movimentos sociais que queriam legitimidade política. Com isso, o trauma passa a ser a linguagem universal da política do intolerável, como afirma Fassin:

Thus the expansion of the concept of trauma seems to indicate a general approval of the attractive idea that something of the human resists all form of moral destruction. It is in the name of this vestige of humanity that compensation is demanded for damage suffered, that witnesses testify against all forms of oppression, and that proofs of cruelty endured are brought forward. However behind this consensual rhetoric of trauma, which has produced its own grammar of analysis and its own vocabulary for action, differences and disagreements are emerging. Trauma is asserted as a principal in whose name indignations is expressed and legitimize, but at the same time it annuls other moral or political positions. (2009, p. 97)

O autor conclui que a verdade do trauma não está no psiquismo, mas na economia moral das sociedades contemporâneas, o que antes era uma narrativa da memória de vitórias passa a ser de sofrimento. A popularização do trauma não é o desenvolvimento de um conceito psiquiátrico, mas sim o produto da união de demandas sociais e políticas com o saber científico. Nesse sentido, o trauma expressa uma gama de preocupações e valores que vão determinar como o trágico

vai ser interpretado. É essa perspectiva que vai orientar o presente trabalho.

O trauma, atualmente chamado de Transtorno de Estresse Pós-Traumático, segundo a American Psychiatric Association, corresponde a:

Exposure to actual or threatened death, serious injury, or sexual violence in one (or more) of the following ways: 1) directly experiencing the traumatic event(s); 2) Witnessing, in person, the event(s) as it occurred to others; 3) Learning that the traumatic event(s) occurred to a close family member or close friend. In cases of actual or threatened death of a family member or friend, the event(s) must have been violent or accidental; 4) Experiencing repeated or extreme exposure to aversive details of the traumatic event(s) (e.g., first responders collecting human remains; police officers repeatedly exposed to details of child abuse). (DSM-V, 2003, p. 271.)

O quadro clínico tem como principais sintomas: lembrança e sonho recorrentes e intrusivos do evento traumático; *flashbacks* em que o sujeito sente e age como se estivesse revivendo a situação; sofrimento psíquico intenso e reações fisiológicas que estão relacionadas a algum aspecto do trauma. Esse sofrimento causa prejuízo significativo na vida social e ocupacional do indivíduo, e esses sintomas persistem por mais de um mês (DSM-V, 2003).

No contexto da comissão da verdade, as experiências estão relacionados à violência de um regime autoritário ou de um conflito civil. Os relatos são de situações que as pessoas vivenciaram de uma ameaça concreta e diária à sua integridade física ou dos atos de violência que tenham testemunhado. Edkins (2003) destaca que o sentimento comum a essas vítimas é a impotência diante dessa experiência de quase aniquilamento. Na perspectiva freudiana (1920), a intensidade da experiência e o fato de ser inesperado impossibilita o indivíduo de reagir, de responder e elaborar o vivido, por isso, revive a experiência através de seus sonhos e *flashbacks* na tentativa de elaborar, de dar algum significado, de se apoderar da situação.

A comissão da verdade seria um espaço seguro no qual essas vítimas, por meio do seu testemunho, poderiam falar do seu sofrimento. Isso geraria um alívio, o que é considerado um primeiro passo para a elaboração do trauma. A cura pela verdade pode ser identificada nesses relatos sobre a Comissão da África do Sul:

Providing space for victims to tell their stories, particularly in

public forums, has been of use to many. It is indisputable that many survivors and relatives of victims have found the public hearing process psychologically beneficial. (HAMER apud HAYNER, 2001, p. 137)

After telling their story, they relax. They've said what's in their hearts, in their chests, what was closed up. After telling their stories, they want to know where the person's been buried, who killed them — the whys, wheres, and hows. But they are able to open their hearts to a statement taker, and they often say they feel much better. (MBANDE apud HAYNER, 2001, p. 138)

In the past, you know, you didn't know you had sick people in this society, traumatized. Only now people are being identified as traumatized, and it's clear that some people need help. *It's true that the truth commission is a healing process*— if not 100 percent, then 60 percent. (MAFU apud HAYNER, 2001, p. 138)

Para muitos autores (HAYNER, 2001; FIERK, 2005), é possível estabelecer um paralelo entre a comissão e a terapia. Em certa medida, a comissão, para algumas pessoas, pode funcionar como um espaço terapêutico. Assim como um *setting* analítico, é um espaço na qual ela se sente segura para falar sobre seu sofrimento. No entanto, para a maioria dos psicólogos enquanto prática terapêutica não é efetivo, em muitos casos, ao invés de alívio, o testemunho gera um aumento do estresse, pois essas vítimas revivem a experiência traumática por meio do seu relato. Quando não há uma continuidade terapêutica, esse episódio acaba sendo um estressor.

A experiência traumática, como apontado nos critérios clínicos, também pode ser identificada em perpetradores e nos combatentes. Nesse sentido, Edkins (2003) destaca que, nesses casos, o fator traumático não é a falta de ação, para além da impotência diante da situação violenta, outro aspecto é o sentimento de traição que rompe com toda a sensação de segurança interna. No contexto de um regime autoritário, essa sensação é muito presente, pois aquele responsável por garantir a segurança, o Estado, é o agressor. Nesses casos, há uma perda da sensação de segurança interna. O indivíduo se constitui e adquire a sensação de segurança interna a partir das suas relações sociais, ou seja, conforme vai se inserindo no social, vai internalizando as leis que regulam as relações sociais e, assim, ganha confiança e adquire a sensação de segurança interna. Quando o agressor vem do seu meio social, o indivíduo perde essa sensação de segurança e se sente desamparado.

Nesses sentido, a comissão da verdade seria uma forma de restaurar essa segurança, enquanto um órgão que, atrelado ao novo governo, ela representa um espaço seguro para as vítimas darem seus testemunhos e tem como objetivo reconhecer o sofrimento delas. O relato de uma psicóloga que trabalhou na Comissão da Verdade do Chile descreve essa função da comissão:

In Chile, going to the truth commission was like entering into a family: there was a sense of security, a national flag standing on the table, a mandate from the president, and there was the commission saying, 'We want to hear what you have to say.'” For over fifteen years, the state had cast them aside, telling the world that these claims of persons disappearing were all lies. Suddenly, a state commission was ready to listen to their accounts and publicly acknowledge that disappearances had indeed taken place. Because human rights groups had provided the commission in Chile with details on most cases of disappearances, the testimony taken from the families didn't provide them with much new information, according to Lira: “The symbolic aspect of taking testimony from the families was much more important. (LIRA apud HAYNER, 2001, p. 137)

Fierk (2005) ressalta que, embora o enfoque seja nas vítimas, no sofrimento do sujeito, o fim é ao mesmo tempo de cura individual e social. Destaca o caso da África do Sul em que as pessoas foram encorajadas a quebrar o silêncio e falar em público do seu sofrimento. Esse ato fez com que essa experiência individual fosse situada em um contexto social e político mais amplo, como parte de um processo coletivo de cura e reconciliação. Por meio desse diálogo em grupo, a sociedade se envolve no processo de repensar os limites do conflito e a relação com o outro, de restaurar a dignidade das vítimas e a humanidade dos perpetradores. Esse processo acontece em três níveis, segundo Fierk (2005): gera uma catarse individual ao possibilitar as pessoas falarem sobre seu trauma; possibilita uma reconstrução da moral, pois produz um julgamento social e moral sobre o passado histórico; e estabelece quais serão as consequências políticas, se vai estabelecer processos criminais ou não. Isso faz com que o objetivo final seja de criar uma responsabilidade coletiva pelo futuro ao invés de elaborar uma culpa coletiva.

Volkan (2008) também aborda essas respostas coletivas à experiência traumática. Com base em pesquisas que desenvolveu sobre os conflitos no Leste

Europeu e no Oriente Médio após o fim da Guerra Fria. Denominou de traumas massivos as respostas coletivas ao trauma, elas podem se apresentar de duas formas: por processos sociopolíticos e pela transmissão transgeracional. Os processos sociopolíticos refletem respostas psicológicas compartilhadas, como exemplo, o autor cita o “fenômeno da coceira” que diagnosticou no norte do Chipre. A população cipriota turca desenvolveu uma crença compartilhada de que as águas da praia do norte do Chipre estavam contaminadas, apesar de as autoridades não terem constatado nada na água que pudesse causar tal fenômeno. Volkan (2008) identificou que essa crença se desenvolveu após o conflito entre gregos e turcos em 1976, e a praia dita contaminada, na realidade, foi onde teve início a guerra.

Segundo pela transmissão transgeracional, que corresponde à transmissão das imagens do trauma para as gerações seguintes. Isso gera um efeito cumulativo das imagens que influenciam a identidade do grupo e se expressa de diversas formas, como por meio do luto ou de um sentimento de vingança. Independente de qual seja a resposta, a função fundamental é manter a representação mental do trauma. Há uma grande produção teórica sobre esse fenômeno da transgeracionalidade em relação aos sobreviventes do Holocausto. A maioria deles aponta que muitos filhos de sobreviventes apresentavam sintomas como os dos seus pais, mesmo sem terem vivido a experiência traumática (VOLKAN, 2008). A comissão da verdade pode funcionar como um importante mecanismo para identificar esses traumas massivos e, em alguma medida, favorecer a elaboração deles e prevenir que violência volte acontecer ao romper com a transmissão inconsciente.

A comissão da verdade, entendida como um mecanismo jurídico de transição, articula essa relação entre passado e o futuro: “Transitional justice thus has both backward – and forward-looking aspects. It affirms that successor governments must build institutions that will seek justice for past transgressions, while showing their commitment to good governance in the future.” (ANDRIEU, 2010, p. 538). Esse processo de transição estabelece um marco nessa passagem do passado para o futuro, um rompimento com uma condição anterior para o estabelecimento do novo Estado e sua orientação política. Nesse sentido, é

possível pensar a comissão da verdade como um ritual de passagem se levarmos em conta a conceituação de Turner (1974) sobre ritual de passagem.

Para Turner (1974), os rituais de passagem são ritos (atividades) desenvolvidos para lidar com as mudanças (de lugar, estado, posição social ou de idade) dentro de uma comunidade. Identifica três fases nos rituais, sendo a primeira a fase da separação, que significa o afastamento do indivíduo, ou de um grupo de uma posição anterior na estrutura social, ou de um conjunto de condições culturais ou dos dois. A segunda fase seria a limiar, a fase intermediária, característica da transição, em que há uma indefinição do sujeito ou da condição cultural, ou seja, não está mais no registro do passado, mas ainda não se encontra na sua configuração futura, e onde ocorre a ressignificação a partir dos processos simbólicos do ritual. A última fase é a da reincorporação em que a passagem/transição se concretiza, e o sujeito do ritual é reinserido no social em seu novo lugar:

[...] o sujeito ritual, seja ele individual ou coletivo, permanece num estado relativamente estável mais uma vez, e em virtude disto tem direitos e obrigações perante os outros de tipo claramente definido e estrutural esperando-se que se comportem de acordo com certas normas costumeiras e padrões éticos, que vinculam os incumbidos de uma posição social num sistema de tais posições. (TURNER, 1974, p.117)

Podemos pensar a comissão da verdade como um ritual de passagem seguindo a lógica apresentada por Turner (1974), em que a mudança de regime promove uma mudança nos papéis sociais. O processo da comissão, por meio do ritual de desenvolver um inquérito, que tem a confissão como mecanismos central, teria como função dar conta do indivíduo e do seu papel social, vítima ou perpetrador, para o restabelecimento do laço social e de uma política que garanta a preservação dos direitos humanos e legitime a figura do novo Estado. O discurso do trauma vai fundamentar o significado que vai ser atribuído a esse ritual de transição, em que os eventos passados vão ser interpretados no registro do sofrimento e vai legitimar a confissão como a prática ritualística dessa passagem do passado para o futuro.

Nessa perspectiva, em que a comissão da verdade pode ser entendida como um ritual de passagem que marca a consolidação de um novo regime, fica a questão: que verdade é essa produzida nesse processo de transição? E quais as imbricações entre verdade e poder? A fim de refletir sobre essas indagações, o presente trabalho vai analisar o caso da Comissão da Verdade e Reconciliação da África do Sul que traz em seu discurso a reconciliação e a cura do trauma.

3**Comissão da Verdade e Reconciliação da África do Sul**

A Comissão da Verdade e Reconciliação da África do Sul foi instaurada após o fim do regime do Apartheid. Ela se destaca pelo enfoque dado à reconciliação no processo de transição. Considerada como uma via média por ter conseguido conciliar a aparente dicotomia entre justiça e paz. Aparente, pois como foi possível observar no capítulo anterior, o que entra em questão nos processos de transição não é a oposição entre justiça e paz, mas sim diferentes concepções de justiça. A justiça restaurativa passa a ser apontada como a alternativa no contexto da transição política em países que passaram por um regime autoritário ou conflito civil. A comissão sul-africana é o marco dessa mudança, pois implantou os princípios restaurativos na transição fundamentado pelo discurso da reconciliação e cura da sociedade. A Comissão também se destaca pelo alcance que teve, divulgava todas as suas atividades e estabelecia audiências públicas, trazendo para o debate público, garantindo a participação da sociedade como um todo pela reconciliação e cura.

3.1 O Regime do Apartheid

O Apartheid foi uma política de segregação racial estabelecida pela minoria branca, os africânderes, que controlavam o poder político no país nos anos 1940. Esse regime de segregação teve sua origem no passado colonial do país, inicialmente ocupado pelos holandeses e, posteriormente, pelos ingleses.

A colonização holandesa foi de ocupação do território, no século XVII. Foram esses primeiros colonizadores, junto com alguns franceses e alemães, que

constituíram o grupo étnico dos “africânderes” (*afrikaners*), que desenvolveram sua própria língua (o africânder) e religião. Para esses colonos, a população negra nativa, considerada inferior, era vista apenas como mão de obra. Diferente de outros colonizadores, não mantiveram uma relação com seu país de origem, tinham um senso de que a África do Sul era sua nova pátria. Sua identidade nacional estava ligada à ocupação do território sul-africano (SPARKS, 1995):

South Africa was their God-given homeland, the place which gave them their national identity, and if ever they were forced to share it with the black majority it would cease to be theirs and that would be the end of them, for they could conceive of no nation surviving without a homeland. They therefore equated racial integration with national suicide. (SPARKS, 1995, p. 8)

Com o fortalecimento do poder da Inglaterra na Europa, em 1875, os ingleses ocuparam a cidade do Cabo e passaram a dominar a colônia. Pinto (2007) descreve que a administração britânica era mais liberal, decretou direitos iguais entre os habitantes e aboliu a escravidão. O nacionalismo dos africânderes ganhou força diante da ameaça dos ingleses que ampliavam seu domínio no território, o que culminou com a Segunda Guerra Anglo-Bôeres, em 1897, com a qual os ingleses passaram a dominar os dois territórios ocupados pelos africânderes, Orange e Transvaal. Para Giliomee (2003), o domínio inglês gerou muitos medo e ressentimento nos africânderes, o que culminou com toda a mobilização, durante os anos 1930 e 1940, para chegar ao poder:

In a society in which urban and capitalist values predominated, the Afrikaners not only were from a rural origin and the poorest white group but also were perceived as culturally backward and lacking in sophistication. It was middle-class Afrikaners, particularly educators and clergy, who were most attracted to a strategy of ethnic mobilization to overcome the deep feelings of insecurity and social inferiority that plagued Afrikaners. It was they who disseminated the ethnic gospel that self-realization and human worth could only come through group identification and assertion. It was because the 1930s was such a traumatic period for these Afrikaners that they would be so attracted to the radical ‘solution’ of apartheid. (GILIOME, 2003, p. 196)

Os africânderes tinham um lugar social inferior ao dos ingleses, eram considerados mão de obra barata e, na prática, nos centros urbanos, acabavam disputando trabalho com os negros. Giliomee (2003) aponta que o que poderia se tornar um movimento de união das etnias em um movimento de classe só reforçou

a diferenciação da identidade branca, em função dos valores raciais formados no século XVIII e XIX. Nesse contexto, a necessidade de afirmação da identidade africânder diante dos ingleses acirrou o processo de diferenciação e discriminação com os negros. A construção da identidade africânder se desenvolveu diretamente ligada à noção de pertencimento ao território sul-africano, pela autoafirmação diante dos ingleses e pela diferenciação com os negros.

Apesar da disputa entre africânderes e ingleses, a população nativa negra era oprimida pelos dois lados, vista como raça menos civilizada, tinha importância social apenas como força de trabalho.

As idéias evolucionistas que encheram a Europa neste período ganharam significado especial no regime sul-africano. Os negros foram considerados uma raça forte, boa para trabalhos braçais e não apta à educação mais refinada. (PINTO, 2003 p. 397)

Ainda no período da dominação inglesa, foram criados os batustões, reservas tribais que abrigava os negros para separá-los dos bairros brancos. Em meio à crescente proletarização e segregação, ocorreram os primeiros movimentos de resistência que culminou com a criação, em 1912, do Congresso Nacional Africano (CNA).

No ano seguinte, 1913, foi aprovada a Lei da Terra, que legitimou os batustões, áreas específicas que poderiam ser adquiridas pelos negros. Além disso, restringia o acesso dos negros à terra, só permitia que negros possuísem menos de 13% da área total do país (PINTO, 2003). A Lei da Terra foi determinante no processo de segregação, ela reformulou o mapa social do país, lançou as bases para a separação territorial de brancos e negros e também destruiu a produção agrícola (Truth and Reconciliation Commission of South Africa Report. Vol. 1., 1998). Em 1914, o nacionalismo africânder consolidou seu papel político na criação do Partido Nacional.

O período de 1910-1948 foi marcado pela disputa política da população branca dividida entre africânderes e ingleses. Nas eleições de 1948, o Partido Nacional assume o poder e implementa a política do Apartheid, política de segregação que impedia o acesso dos negros à propriedade da terra, obrigando-os a viver em zonas residenciais segregadas, os “*homelands*”. Além disso, limitava a participação política, econômica e cultural.

Transformed the laissez-faire pattern of pre-1948 segregation into a systematic pattern of legalised racial discrimination, and constructed a huge internal security apparatus and armed it with awesome legal powers to crush opposition generated by the first process. (Truth and Reconciliation Commission of South Africa Report Vol. 1, 1998, p. 30)

Nesse período, várias leis foram criadas para legitimar essa segregação racial. A Lei de Registro Populacional de 1950 estipulava quatro categorias raciais: brancos, mestiços, asiáticos e negros. Ela visava estabelecer a diferença dos direitos políticos, econômicos e sociais para cada raça (PINTO, 2007). São alguns exemplos: a Lei da Proibição de Casamentos Misturados (1949) proibia o casamento racial, já a Lei das Áreas de Grupo (1950) determinava os espaços urbanos que poderiam ser ocupados por cada raça, e a Lei da Educação Bantu (1953) estabelecia uma educação diferente para os negros.

Em respostas a essas leis separatistas, o Congresso Nacional Africano desenvolveu várias campanhas de resistência não violenta, como a de desobediência civil em 1952. Em 1955, criou o Congresso do Povo, uma convenção nacional que tinham como objetivo a participação de todos na construção de uma Carta para uma África do Sul livre e democrática. Outro movimento de resistência foi contra a Lei do Passe, lei que obrigava os negros a andarem com uma caderneta que estipulava por onde eles poderiam circular; fortemente reprimido culminou no massacre de Shaperville, em 1960. Nessa mesma época, surgem outros grupos de resistência, como o Movimento da Consciência Negra, liderado por Steve Biko (PINTO, 2007). Entre 1948 até o início dos anos 1990, há uma escalada da violência com o aumento da repressão por parte dos africânderes, e a intensificação dos movimentos de resistência dos negros. Esse aumento da violência leva a comunidade internacional pressionar pelo fim do regime de segregação. Já em 1962, a Assembleia Geral da ONU pediu que os países membros cortassem relações diplomáticas e parassem as trocas econômicas com a África do Sul. O país foi excluído de todos grandes eventos internacionais de esporte (CHRISTIE, 2000).

Na década de 1980, o conflito é acirrado com um aumento significativo do número de mortes, levando o governo sul-africano decretar estado de emergência. Durante esse período, há um aumento da repressão e com o fim da Guerra Fria as

mudanças políticas no cenário externo tiveram grande influência na crise do regime do Apartheid. A reação internacional a essa escalada da violência na África do Sul foi organizar uma campanha de sanções, que incluía a negação de capital estrangeiro e o suporte de governos externos aos grupos de resistência (CHRISTIE, 2000). Diante desse contexto, houve uma primeira tentativa de promover algumas reformas do sistema por parte do governo de Botha, como suspender a lei que proibia casamentos misturados, mas essas medidas tiveram pouco impacto diante da manutenção da repressão. A estratégia do governo com essas reformas era resistir à pressão externa. Até aquele momento, não havia intenção em negociar com os movimentos de libertação (GUELKE, 2005), mas já havia a percepção do governo da crise que se instalava no regime.

Com uma perspectiva voltada para os fatores econômicos, Thompson (2001) apresenta uma análise da crise do Apartheid que aponta para uma interdependência entre brancos e negros. Os dados demográficos apontavam para um grande crescimento da população negra e uma diminuição da branca tendo como consequência a deterioração das condições dos *homelands*. A economia sul-africana estava em crise, o aparato do Apartheid consumia muito recursos, com enormes gastos militares para a segurança e *homelands* financeiramente dependentes. Além desses fatores, as sanções internacionais tornaram a economia sul-africana ineficiente. Em meio a essa crise econômica, fica evidente a relação de interdependência entre brancos e negros. Com acesso reduzido a terra, negros buscavam trabalho e a minoria branca era dependente dessa mão de obra como força de produção e de consumo. Destaca também que, com o fim da Guerra Fria, para ambos os lados, implicou uma redução na atuação de cada um; os movimentos de libertação, especificamente o CNA, perderam o suporte que tinham da URSS, e o governo não podia mais justificar suas ações com base na ameaça comunista. Diante desse contexto, a reconciliação parecia o melhor caminho para a transição.

It was becoming increasingly evident that the South African government could not maintain white supremacy indefinitely; but it was also apparent that the liberation movement could not overthrow the regime. Either side 'could damage the other, neither could win total victory. Furthermore, the longer the conflict continued, the worse the damage would be to all South Africans. (THOMPSON, 2001, p. 243)

Guelke (2005) destaca o aspecto multidimensional da crise do regime de Apartheid que se instala no final dos anos 1980. No entanto, ele se detém sobre a influência dos acontecimentos internacionais para o fim do regime e a negociação para a transição. O Partido Nacional vinha se enfraquecendo em consequências desses desgastes internos e externos. Isso se confirmou em 1989, durante o governo de De Klerks, quando o Partido Liberal Democrático (partido composto por brancos que defendiam o fim do Apartheid e a divisão de poder) e o partido conservador de extrema direita (conservadores eram contra qualquer tipo de reforma) ganharam mais espaço no parlamento.

Outro fator foi o fim da Guerra Fria. Muitas medidas de repressão por parte do governo eram justificadas como forma de combater o comunismo, tendo em vista que a URSS dava suporte ao Congresso Nacional Africano (GUELKE, 2005). Nesse período, o conflito racial passou a ser justificado como uma forma de conter o avanço do Comunismo. “In essence, the struggle to maintain white minority privilege was ‘repackaged’ as an effort to maintain so-called western civilized values against the godless and evil forces of Communism” (Truth and Reconciliation Commission of South Africa Report, 1998, Vol. 1, p. 37). Com o fim do Comunismo, não havia mais justificativa para manter o estado de emergência e a repressão, como afirma De Klerk em:

The first few months of my presidency coincided with the disintegration of Communism in Eastern Europe which reached its historic climax with the fall of the Berlin Wall in November 1989. Within the scope of a few months, one of the our main strategic concerns for decades – the Soviet Union’s role in southern Africa and its strong influence on the ANC and the SACP – had all but disappeared. A window had suddenly opened which created an opportunity for a much more adventurous approach than had previously been conceivable. (DE KLERK, 2000 p. 160-161 apud GUERLKE, 2005, p. 157)

Na análise do Partido Nacional, esse contexto parecia favorável para se começar o processo de reformas, pois o fim do apoio militar soviético ao CNA era visto como enfraquecimento do Congresso Nacional Africano, que, sem ter como resistir militarmente, entraria nas negociações em desvantagem. Em 1990, De Klerk inicia o processo de reformas e anuncia a libertação de Mandela e outros presos políticos e a retirada de vários partidos da ilegalidade. Para Guelke (2005),

o processo de negociação, que culmina com o modelo de transição adotado no país, foi consequência de um erro no cálculo político por parte do Partido Nacional, que acreditou que, com o enfraquecimento do CNA, teria condições de negociar um projeto de liberalização que atendesse a seus interesses. No entanto, o fim da Guerra Fria teve outro impacto: aumentou a pressão internacional pelo fim do Apartheid, uma vez que a ameaça comunista não se fazia mais presente.

Without a geo-political case for allying with white minority rule in South Africa, Western governments came under irresistible pressure from domestic opinion not merely to distance themselves from the South African government but to impose sanctions. (GUELKE, 2005, p. 164-165)

Diante desse contexto, no final da década 1980, com a pressão internacional, o Partido Nacional começa a negociar mudanças no regime.

3.2 Negociando a Transição

O aumento da pressão internacional e a intensificação dos movimentos de resistência levaram o Partido Nacional a começar a propor reformas e discutir a transição de poder com os partidos de oposição. É quando tem início o debate sobre o projeto político que seria adotado no país. As transformações políticas no cenário internacional influenciaram na construção do novo regime político na África do Sul. Segundo análise de Wilson (2001), a democracia liberal associada ao discurso dos Direitos Humanos se torna a orientação dos processos de transição que ocorreram com o fim da Guerra Fria. Esse projeto liberal democrático de transição visava criar Estados constitucionalistas orientados pelo Estado de Direito.

[...] nations must not be constituted on the basis of race, ethnicity, language or religion, but should be founded instead on a 'community of equal, rights-bearing citizens, united in patriotic attachment to a shared set of political practices and values' (IGNATIEFF 1993 p. 3-4 apud WILSON, 2001)

Wilson (2001) ressalta que o modelo constitucionalista era apresentado como opção ao nacionalismo, em que estabelecer uma cultura de direitos, tendo os princípios universais dos direitos humanos como orientadores apontava para um

modelo político oposto ao do nacionalismo, em que o laço social e com a comunidade era estabelecido pela identidade étnica, cultural. “The concrete practice of claiming citizenship rights creates a political culture which displaces ethnic nationalism and deflects the romantic politics of ethnicity, culture, community or tradition” (WILSON, 2001, p. 2). No entanto, o Estado de Direito também possibilita a criação de um senso de pertencimento, uma constituição que garanta e proteja todos os direitos dos seus cidadãos de forma neutra, universal, pode naturalmente criar esse senso de pertencimento. Nesse sentido, a identidade nacional é construída a partir da concepção universal de direitos (WILSON, 2001).

O projeto político sul-africano defendido pela maioria era de uma democracia constitucional, baseada em uma cultura de direitos, em que todos seriam incluídos dentro da noção de cidadania. Todo o processo de negociação incluiu discussões sobre a criação de uma nova constituição como forma de garantir um novo regime político que atrelasse a nova identidade sul-africana os direitos universais como elemento identificatório. O discurso dos Direitos Humanos fundamentaram essa noção de uma cidadania sul-africana. Qualquer tentativa de se criar uma identidade nacional que tentasse forjar critérios raciais como elemento de identificação não diminuiria a tensão entre a minoria branca e a maioria negra, não criaria um novo registro para se pensar uma identidade sul-africana, que conseguisse unir brancos e negros.

Rather than attempting to build a nation, the new regime should build a working constitutional democracy so as to replace destructive nationalist sentiments with constitutional patriotism to a civic state. Fundamental rights and their protection by state institutions are an alternative to nationalism, but they perform similar functions – by creating national reconciliation and a sense of belonging and unity. National identity unfolds not through ancient symbols but through the practice of claiming basic rights. (WILSON, 2001, p. 2-3)

Para Christie (2000), as negociações ocorreram no sentido de se pensar a transição segundo uma lógica de reestruturação social pela reconciliação, por meio de uma revolução negociada e não da oposição entre perdedores e vencedores (CHRISTIE, 2000). Ao longo do processo de negociação, alguns

pontos foram centrais, como o desenvolvimento de uma nova constituição, a liberação dos presos políticos e o processo de anistia. Como apontado anteriormente, o processo de liberalização teve início com a retirada do Congresso Nacional Africano e outros partidos da ilegalidade para incluí-los no processo de transição.

Com os principais partidos na mesa de negociação, em maio de 1990, no encontro que ficou conhecido como *Groot Schuur Minute*, foi discutido a liberação dos prisioneiros políticos e a volta de exilados. Nesse sentido, era necessário definir quais seriam os procedimentos jurídicos para tal e o que constituiria uma ofensa política. Em agosto do mesmo ano, as negociações continuaram em um segundo encontro, o *Pretoria Minute*, onde essas questões foram retomadas. Como resultado desses dois encontros, foi aprovada a Lei da Indenização de 1990, que estabelecia a formação de um grupo composto por membros do Partido Nacional e do Congresso Nacional Africano para conceder indenização para exilados e presos políticos (Truth and Reconciliation Commission of South Africa Report Vol. 1, 1998).

Em 1991, foram várias tentativas democráticas de negociar a transição de regime. Com a pressão dos movimentos de direitos humanos e do Conselho Sul-Africano de Igrejas, foi estabelecido o Acordo Nacional de Paz entre os vários partidos sobre a violência política. Como resultado desse acordo, foram criados comitês locais de paz, com a função de desenvolver confiança e reconciliação entre líderes comunitários e para auxiliar na resolução de disputas por meio de encontros públicos e pacíficos. Para Christie (2000), embora o Acordo tenha tido pouco efeito no processo de transição, pois havia uma repressão violenta informal, foi uma primeira tentativa democrática de controlar a violência. Outras tentativas foram os dois encontros da Convenção para uma África do Sul Democrática I e II, que contou com a participação de 19 partidos políticos, as discussões sobre um novo sistema político na África do Sul evoluiu, mas o mesmo não aconteceu para as questões sobre como lidar com o legado de violações de direitos humanos, especialmente sobre a anistia.

Em dois anos, a maioria dos presos políticos não tinha sido liberada e os confrontos continuaram, culminando em dois massacres, o de Boipatong e do

Bisho. Em consequência, a CNA se afastou das negociações. Para retomar as negociações, foi estabelecido o Registro de Entendimento, documento formulado pelo Congresso Nacional (CNA) e o Governo sul-africano, que tinha como objetivo definir alguns fundamentos para a retomada das negociações. Foi acordada a liberação de prisioneiros dentro de um prazo estipulado e a necessidade de estabelecer uma assembleia constituinte. Em relação ao tema da anistia, novamente, não houve nenhuma resolução. Essa foi uma das discussões centrais no processo de negociação, pois o governo não abriria mão do poder se não houvesse algum processo de anistia, defendiam um processo geral, já para a oposição a anistia deveria ser atrelada a uma comissão da verdade (WILSON, 2001). Ao final desse período, iniciou-se o desenvolvimento da constituição interina, na qual ficou firmada que haveria um processo de anistia que seria definido posteriormente e, em 1994, haveria a primeira eleição democrática no país.

Em 1993, uma nova constituição foi ratificada levando à primeira eleição não racial. Nelson Mandela venceu a eleição em 1994, e a primeira ação de seu governo foi a criação da Lei 34 para Promoção da Unidade Nacional e Reconciliação (1995)⁶, que regulamentaria a Comissão da Verdade e Reconciliação. A Comissão da Verdade e Reconciliação pode ser entendida como a materialização dos compromissos assumidos por ambos partidos durante o longo processo de negociação.

Como apontado anteriormente, todo o projeto de transição foi pensando pelo viés da revolução negociada, ou seja, os conflitos teriam de ser resolvidos por meio de uma reconciliação para a reconstrução da sociedade. Para compreender o papel da Comissão da Verdade, na reconstrução política da África do Sul, cabe analisar o seu funcionamento, especialmente as técnicas de inquérito utilizadas na apuração da verdade como forma de reconciliação, de reconstruir o laço social.

⁶ Embora o projeto de lei tenha sido apresentado em 1994, só foi promulgada em 1995.

3.3 A Comissão da Verdade e Reconciliação e seu funcionamento

Todo o funcionamento da Comissão da Verdade e Reconciliação da África do Sul está definida em dois documentos: na Lei nº 34 de Promoção da Unidade Nacional e Reconciliação de 1995 e no Relatório Final da Comissão de 1998. Desse modo, o presente trabalho vai deter sua análise a esses dois documentos.

A Lei nº 34 de Promoção da Unidade Nacional e Reconciliação estabelece logo nas primeiras linhas os princípios que vão orientar o novo regime:

SINCE the Constitution of the Republic of South Africa, 1993 (Act 200 of 1993), provides a historic bridge between the past of a deeply divided society characterized by strife, conflict, untold suffering and injustice, and a future founded on the recognition of human rights, democracy and peaceful co-existence for all South Africans, irrespective of color, race, class, belief or sex; (...) there is a need for understanding but not for vengeance, a need for reparation but not for retaliation, a need for ubuntu but not for victimization; (Promotion of National Unity and Reconciliation Act 34 of 1995)

Essa “ponte histórica” da Constituição entre passado e futuro marca o estabelecimento dos princípios que vão orientar a Comissão da Verdade e Reconciliação. Além da democracia e dos direitos humanos, a lei ressalta o *ubuntu*, um conceito da cultura sul-africana. *Ubuntu* é traduzido como humanidade, Desmond Tutu define como:

We say, ‘A person is a person through other persons.’ It is not, ‘I think therefore I am.’ It says rather: ‘I am human because I belong. I participate, I share.’ A person with ubuntu is open and available to others, affirming of others, does not feel threatened that others are able and good, for he or she has a proper self-assurance that comes from knowing that he or she belongs in a greater whole and is diminished when others are humiliated or diminished, when others are tortured or oppressed, or treated as if they were less than who they are. (TUTU, 2000, p.29)

Nessa perspectiva, o sujeito se constitui na relação com o outro. Para Tutu (2000), o sujeito tem na relação com o outro contato com sua própria humanidade. Nesse sentido, aquele que desumaniza o outro desumaniza a si mesmo; perdoar o outro é, em última análise, uma forma de perdoar a si mesmo. Esse conceito que vai fundamentar o projeto de transição pela reconciliação, que tem três elementos centrais: a verdade, o perdão e a reparação. Defendiam uma concepção de justiça restaurativa, em que o dano causado era entendido como um dano ao sujeito, e não uma violação da lei, o que estava em primeiro plano era a relação

vítima/perpetrador, por isso a importância da participação de todos envolvidos no conflito. A reparação era tanto para vítima quanto o agressor para serem reintegrados à sociedade. Assim, todo o esforço da Comissão na África do Sul para a construção de uma unidade nacional, para além da defesa dos Direitos Humanos e da importância da verdade como parte da história do país, foi de trabalhar a ideia da reconciliação atrelada a valores como o *ubuntu*, o perdão, a reparação. A construção de uma unidade nacional, de uma sociedade de brancos e negros foi fundamentada por esses valores.

A Lei nº 34 de 1995 estabelece quatro objetivos da Comissão da Verdade e Reconciliação, sendo o primeiro deles estabelecer a verdade sobre as violações de direitos humanos cometidas durante o período de março de 1960 até dezembro de 1993. Para isso, conduziria investigações e audiências a fim de determinar causas, natureza e extensão dessas violações, levando em conta o contexto histórico e a perspectiva das vítimas. Auxiliar na concessão de anistia para aqueles que fizessem uma confissão detalhada de suas violações em função de motivações política. Com enfoque nas vítimas, o objetivo da Comissão era dar oportunidade de testemunharem os abusos vividos e então estabelecer medidas de reparação para essas pessoas. E, ao final desse processo, a Comissão deveria produzir um relatório sobre suas atividade e investigações com recomendações e medidas para prevenir futuras violações de direitos humanos.

Diante desses objetivos, define como graves violações de direitos humanos qualquer tentativa, conspiração ou instigação para matar, raptar, torturar e maltratar por motivações políticas:

'gross violation of human rights' means the violation of human rights through- **(a)** the killing, abduction, torture or severe ill-treatment of any person; or **(b)** any attempt, conspiracy, incitement, instigation, command or procurement to commit an act referred to in paragraph **(a)** (...) by any person acting with a political motive; (Promotion of National Unity and Reconciliation Act 34 of 1995, section 1)

Essa definição delimita a verdade do Apartheid às violações no que se refere a situações extremas de violência, deixando outros abusos fora da sua esfera, como detenção sem julgamentos, remoções forçadas, e tantas outras

segregações instituídas por lei. Para Wilson (2001), optar por essas situações extremas excluiu as práticas cotidianas que mantinha o regime e criou uma falsa dicotomia entre o aspecto normativo autoritário e formas ilegais de coerção física, quando, na realidade, esse último era consequência do primeiro. Além disso, na prática, a aplicação dessa lei foi problemática, pois o contexto do conflito político trouxe muitas nuances no que se refere a determinar vítimas e perpetradores.

Para cumprir seus objetivos no tempo estabelecido, foram criados três comitês para uma divisão das tarefas, a saber: o comitê de Violações de Direitos Humanos, o Comitê de Anistia e o Comitê de Reparação e Reabilitação. Como critérios para a escolha das equipes e dos comissários era que fossem pessoas sem vínculos políticos e que as equipes refletissem a diversidade do país com brancos, negros, mulheres, das áreas rurais, urbana. Além desses comitês, a Comissão funcionou de forma descentralizada com uma sede e quatro escritórios regionais e um sub-regional, que tinham como função auxiliar na parte logística para as audiências, colher depoimentos e conduzir investigações na região.

3.3.1 Comitê de Violação de Direitos Humanos

O Comitê de Violação de Direitos Humanos (CVDH) era composto por um presidente e dois vice-presidentes e mais dez membros. Tinha como função coletar os testemunhos das vítimas, organizar as audiências públicas, investigar, informar a sociedade sobre suas ações e estabelecer recomendações com base nas descobertas. Para desempenhar essas ações, contava com o suporte da Unidade de Investigação que contribuía nas investigações e o Departamento de Pesquisa que auxiliava fornecendo o contexto político das violações testemunhadas pelas vítimas. O Comitê de Violações de Direito Humanos era o órgão central da Comissão, pois partiam dele todas as ações – levantamento de informações, de provas e estabelecer pareceres – que eram encaminhadas para os outros dois comitês. Em seu primeiro ano, foram realizadas cinquenta audiências e com diferentes objetivos (WILSON, 2001) como: as audiências públicas para vítimas, que abria espaço para as vítimas darem seu testemunho; já as audiências temáticas foram criadas para entender os padrões de violência, embora o enfoque fossem nas vítimas, a Comissão levava em conta a participação de grupos e as

instituições. Cabe analisar detalhadamente o funcionamento do CVDH para compreender o papel da confissão das vítimas nesse período de transição que tem nesse processo a verdade como rompimento com o passado.

A preparação para as audiências públicas para vítimas acontecia em várias etapas. Suas atividades tinham início com a divulgação de informação sobre a Comissão no local da realização da audiência, por meio de reuniões abertas ao público em conjunto com instituições municipais, organizações religiosas e organizações não governamentais, criava-se um espaço para apresentar as funções e procedimentos da Comissão e dessa forma incentivar a participação. Em seguida, era a fase de coleta de testemunhos (*statement takers*), aberta a todos aqueles que acreditavam ser vítimas de violações de direitos humanos, funcionavam como uma espécie de triagem, ou seja, um primeiro levantamento de testemunhos, para então definir quais iriam para as audiências públicas.

Logo nos primeiros registros e na análise desses testemunhos, observou-se uma complexidade das narrativas com diferentes tipos de evidências e diferentes graus de detalhe, o que dificultava o trabalho de levantamento para estabelecer os padrões de violação. Em consequência dessas dificuldades, desenvolveram um protocolo para coleta, o *Sistema de Gerenciamento de Informação (Infocomm)*, para garantir uniformidade e consistência na forma como cada testemunho das vítimas era levantado, estruturar e sistematizar as evidências adquiridas e identificar padrões de abusos através de uma análise estatística. O Infocomm foi criado para ser um banco de dados de direitos humanos em grande escala. Posteriormente, foi adaptado para outros países (WILSON, 2001).

O Sistema de Gerenciamento de Informação estabeleceu um fluxo da informação em sete etapas, começando pela coleta de testemunhos nas comunidades e escritórios locais da Comissão. Em meio aos vários dialetos da África do Sul, era exigido que os técnicos responsáveis pela coleta dos testemunhos falassem a língua local para garantir às vítimas que seu testemunho fosse em sua língua materna. Além disso, eram treinados para ter uma escuta empática e respeitosa:

They [statement takers] were selected for their ability to listen to the stories told by people in their chosen language, to distil the essential facts, and to record them in English (since for practical reasons this was the language the Commission had decided to use). Equally important was their ability to listen with empathy and respect, so that

the interview itself became part of the therapeutic and healing work of the Commission. Interviews often took several hours, and involved both the deponent and the statement taker in an intense process of reliving anguishing experiences. Many deponents clearly found this to be a catharsis, but others were still bitterly angry or deeply wounded. (Truth and Reconciliation Commission of South Africa Report Vol. 5, 1999, p. 5)

Os técnicos responsáveis em colher esses testemunhos eram treinados para ter uma escuta empática, e, nesse movimento de se identificar com o sofrimento da vítima, legitimavam o lugar dessas pessoas como vítimas. Depois dessa etapa, os testemunhos eram registrados no banco de dados da Comissão e eram arquivados. Posteriormente, esses dados eram processados por um sistema que categorizava os abusos e as pessoas. Dessa forma, as violações eram separadas dentro da narrativa e categorizadas dentro de 48 tipos; já as pessoas eram separadas em três categorias: vítimas, perpetradores e testemunhas. Após estabelecidos essas separações, os dados são divididos entre os quatro escritórios regionais.

Com essas informações no sistema, a investigação acontecia a partir de dois caminhos, com os pesquisadores regionais, que faziam um levantamento histórico do contexto e com base em indicadores comprobatórios, como registros de tribunais, inquéritos, certidões de óbitos, recortes de jornais, entre outros. Os resultados das investigações eram analisados no âmbito regional e depois no nacional. Esses eram apresentados à CVDH, que julgava se o caso estava dentro da legislação ou se precisava de mais investigação. Quando confirmada a veracidade do testemunho e se houvesse nele nome de algum perpetrador, uma carta era enviada para aqueles que foram nomeados informado sobre seu direito de defesa. Com esses dados, o Comitê estabelecia uma “pré-conclusão”, que se referia ao levantamento regional. Esse último era ratificado no nível nacional.

A Comissão, com esse sistema de informação, conseguiu transformar os testemunhos das vítimas em atos quantificáveis, a fim de estabelecer os padrões de violações. As informações eram filtradas de acordo com o vocabulário codificado no sistema. No entanto, se perdia muito da informação, os detalhes, a emoção do discurso, pois não eram computados no banco de dados, ou seja, assassinato era assassinato independentemente se fosse por tiro, facada, etc. (WILSON, 2001).

For the purposes of the information management system, information did not exist unless it conformed to the controlled vocabulary and coding frame. This is a clear example of how a statistical grid can selectively classify social reality and in turn shape how that reality is analyzed. Violations are irreducible acts which conform to all the other acts within their category in the controlled vocabulary. (Wilson, 2001, p. 47)

O sistema de informação parece responder apenas a uma parte dos objetivos da Comissão. O relatório final da Comissão apresenta a ambiguidade em estabelecer um sistema objetivo e seu enfoque na vítima e no reconhecimento de seu sofrimento:

On the one hand, the Commission was a legal institution with the responsibility of making defensible findings according to established legal principles. This was particularly important, both to safeguard the credibility of the Commission's final report and to ensure that those who received reparations were genuinely victims as defined in the Act. On the other hand, the Commission embodied a moral and therapeutic process that aimed at acknowledging suffering and giving victims an opportunity to tell their stories. [...] By holding public hearings or granting private interviews, the Commission attempted to diminish the legal, and at times adversarial, nature of its work and to focus on the restorative and therapeutic dimensions of its mandate. (Truth and Reconciliation Commission of South Africa Report Vol. 1, 1998, p. 149.)

Assim, o levantamento de dados sobre a verdade das violações era feito através de uma leitura quantitativa dos testemunhos. Contudo, a Comissão estabeleceu as audiências públicas como forma de atender a demanda das vítimas de terem seu sofrimento reconhecido publicamente: “Hearings have to do with legitimation and recognizing people's experiences” (GROBBELAAR apud WILSON, 2001, p. 41). A audiência pública tinham como objetivo trabalhar dentro da lógica restaurativa, era um espaço para as vítimas darem seu testemunho e terem seu sofrimento reconhecido. O Relatório final da Comissão ressalta o papel terapêutico desempenhado tanto pelo levantamento dos testemunhos quanto pelas audiências públicas. Para muitos, gerava alívio poder falar de seu sofrimento; para outros, despertava mágoas e raiva. A Comissão tinha uma rede de instituições preparadas para dar suporte terapêutico para essas pessoas. Para compreender melhor o papel das audiências como mecanismo restaurado, reconciliador, cabe analisar com mais profundidade seu funcionamento.

Após o levantamento dos testemunhos e do lançamento dos dados no sistema de informação, cada comitê regional de Violação de Direitos Humanos selecionava as vítimas que iriam testemunhar nas audiências públicas. A escolha levava em consideração a participação de todos os lados envolvidos no conflito político. Mulheres e jovens também tinham direito de se colocarem, e a comissão selecionava um grupo de vítimas cuja vivência representasse as várias formas de violações que ocorreram na região. Essa era uma forma de incluir aqueles que não foram chamados a depor. A intenção era que se identificassem com aquelas vivências e, dessa forma, seu sofrimento fosse reconhecido, ou seja, o reconhecimento dessas vítimas se dava pelo grupo. A maior parte da população teve interesse em participar das audiências, apenas em alguns casos as vítimas não quiseram por medo de represálias. Quando a Comissão identificava um risco efetivo, essas pessoas eram encaminhadas para o Programa de Proteção às Vítimas.

A primeira audiência pública aconteceu em abril de 1996, em East London, região onde a repressão foi mais forte e, conseqüentemente, maior a resistência, era o local que concentrava o maior número de casos de violação. A audiência teve a duração de quatro dias e ocorreu na prefeitura da cidade. Abordou o caso Cradock Four, de quatro líderes comunitários que foram assassinados em 1985 e outros casos de violação envolvendo detenções, torturas e assassinatos em função de bombas instaladas por ativistas.

Deponents were sometimes stoical, almost matter of fact, but others succumbed to tears or expressed their anger as they relived their experiences. The panel of commissioners and committee members was visibly overcome. The public sat silent and spellbound during the testimony, but was occasionally moved to angry murmuring. Tea and lunch breaks were marked by singing and chanting of political slogans. (Truth and Reconciliation Commission of South Africa Report Vol. 5, 1998, p. 3)

Essa primeira experiência serviu de modelo para as seguintes. As audiências aconteciam durante três dias. Cada testemunha era preparada antes por um interrogador (*briefers*), que dava suporte para essas pessoas durante as audiências. A disposição dos lugares nas audiências também era pensada, diferente de um tribunal comum, as vítimas sentavam de frente para os

comissários, como uma forma de empoderar essas pessoas. As audiências eram um espaço em que essas vítimas se sentiam seguras para falar do seu sofrimento, tinham a garantia de que sua fala seria acolhida. Pinto (2007) destaca que muitas vítimas, depois de uma vida inteira sendo ignorados e oprimidos por agentes do Estado, puderam se colocar, essas pessoas ganharam outro lugar dentro da sociedade, um lugar de protagonismo e não de exclusão, recuperando sua cidadania.

O relatório da Comissão (Vol. 5, 1998, p. 3) destaca um “aspecto cerimonial” das audiências, era feita uma oração, ou cantava-se um hino ou uma música em memória às vítimas antes da abertura oficial pelo presidente. A África do Sul, um país de maioria cristã, contou com grande participação das entidades religiosas no processo de construção da Comissão da Verdade e Reconciliação. Essa importância religiosa se consolida na escolha de Desmond Tutu, arcebispo, como presidente da comissão e na defesa da reconciliação e reparação tendo como fundamentado os valores cristãos. As audiências públicas continham vários elementos da cerimônia cristã, como orações no começo de cada audiência, hinos e músicas em memória das vítimas:

Most of the public hearings opened and closed with a prayer; occasionally a litany of those who had died was read, and sometimes prayers would be said at various times throughout the proceedings. Lighting memorial candles and singing hymns and other religious songs were accepted practices. In short, the HRVC hearings provided a safe, if not sacred, context in which ceremonial movements and verbal expressions of Christian sentiments were able to take place. (SHORE, 2009, p.67)

Apesar da instalação de um sistema de informação responsável pelo levantamento objetivo da verdade, as audiências públicas tiveram grande importância dentro da atuação do Comitê de Violação de Direitos Humanos, com ampla participação da população. O compartilhar de experiências promoveu a reconstrução do laço social.

3.3.2 Comitê de Anistia

A anistia foi o tema que suscitou grande debate durante todo o processo de

negociação, pois era a condição imposta pelo Partido Nacional para a transição do poder. Para atender essa demanda, foi criado o Comitê de Anistia. Definiu-se que a anistia seria concedida caso a caso, com a condição de que as violações tivessem motivações políticas e a confissão de toda a verdade pelo perpetrador. Sobre a primeira condição, a lei pela Promoção da Unidade Nacional e Reconciliação definia que poderiam alegar motivações políticas, aqueles que eram membros ou apoiaram algum dos movimentos de libertação, dos partidos políticos ou das instituições do Estado e da Força de Segurança do Estado. Já em relação à confissão de toda a verdade sobre as violações, seguindo a lógica restaurativa que privilegia a conciliação no lugar da punição, foi uma das formas de reparação às vítimas, que tinham seu sofrimento legitimado no reconhecimento da verdade. Outro efeito, segundo Pinto (2007), foi a condenação moral dos perpetradores por parte da sociedade em consequência das confissões públicas.

Composto por 17 pessoas, eram estabelecidos painéis com um presidente e dois membros para decidir sobre os casos. O presidente do painel era algum juiz do tribunal superior, e os outros dois membros eram advogados ou profissionais do direito. Assim como no Comitê de Violação de Direitos Humanos, as atividades eram descentralizadas para atingir as diversas regiões do país.

Os pedidos de anistia eram encaminhados ao Comitê por escrito, onde eram registrados no banco de dados e, em seguida, era criado um arquivo sobre o caso. Junto ao departamento de Pesquisa e à Unidade de Investigação, os pedidos eram analisados. A unidade de Investigação requisitava junto à polícia, e outras instituições como a Agência Nacional de Inteligência, ao Serviço Sul-Africano de Polícia e ao Departamento de Justiça documentos e informações que pudessem auxiliar na corroboração dos pedidos. Nessa primeira fase, o Comitê ainda checava se o requerente tinha efetivamente um vínculo com a organização que afirmava participar, e verificava-se se sua confissão correspondia ao que foi apresentado no requerimento (BOIS-PEDAIN, 2007).

Após essa investigação e análise, se fosse comprovado que o caso envolvia graves violações de direitos humanos, ele era encaminhado para audiência pública (*“hearalbe matters”*), os que envolviam apenas violações de direitos humanos podiam ser resolvidas nos escritórios (*“chamber matters”*), e para aqueles que não qualificavam para pedido de anistia, era enviada uma notificação ao requerente, e o caso era encerrado. Nessas situações, as

informações levantadas pelo Comitê não poderiam ser utilizadas em nenhum processo jurídico posterior (“*possible refusals*”) (Truth and Reconciliation Report., Vol.1).

Os casos que eram considerados passíveis de anistia eram então classificados segundo a ligação do requerente: com as organizações pró-estado, o partido de direita branco, que apoiavam o *status quo* e aqueles que eram associadas aos movimentos de libertação como: o Congresso Nacional Africano e seus aliados, o Congresso Pan-Africano e seus aliados e o Partido da Liberdade Inkatha, os quais atuavam pelo fim do Apartheid. Essa classificação de perpetradores retratava a posição da Comissão em não igualar as ações daqueles que estavam no governo e defendiam a manutenção do Apartheid dos que lutavam pelo fim do regime. Em muitos pedidos, perpetradores alegavam que lutavam por uma causa justa. A Comissão teve, portanto, de definir claramente como interpretaria essas situações.

Tendo como base as Leis da Guerra, o princípio da guerra justa (*jus ad bellum*) afirma que a guerra poderia ser justificável se fosse por motivos justos, depois que todos os outros meios se esgotaram. E, partindo da lei internacional, a qual afirma que qualquer regime que imponha a discriminação racial é considerado crime contra humanidade⁷, para a Comissão aqueles que lutavam contra o Apartheid lutavam por uma causa justa. No entanto, mesmo aqueles que estivessem lutando por uma causa justa tinha a obrigação de empregar os meios proporcionais, pois, segundo o princípio da justiça na guerra (*jus in bello*), existem limites para o uso da força e os alvos de ataque:

As far as justice in war is concerned, the framework within which the Commission made its findings was in accordance with international law and the views and findings of international organisations and judicial bodies. The strict prohibitions against torture and abduction and the grave wrong of killing and injuring defenceless people, civilians and soldiers ‘out of combat’ required the Commission to conclude that not all acts in war could be regarded as morally or legally legitimate, even where the cause was just. (Truth and

⁷ Segundo o Direito Internacional, são vários os documentos que afirmam o Apartheid como um crime contra humanidade. No artigo 1 da Convenção sobre a Supressão e Punição do Crime de Apartheid adotada pela Assembleia Geral da ONU em 1973 afirma que o Apartheid é um crime. A Resolução 556 de 1984 do Conselho de Segurança da ONU declara o Apartheid como Crime contra Humanidade. Outra fonte é o Tribunal Penal Internacional que atribui ao Estado proteger seus cidadãos de qualquer forma de discriminação racial.

Reconciliation Commission of South Africa Report, Vol.1, p. 69).

Outro critério do Comitê para julgar os casos de anistia era a definição de perpetradores e vítimas. A condição de vítima se dava pela ação e intenção do perpetrador, ou seja, a vítima era a pessoa contra quem a violação foi cometida. Nesse sentido, o papel de vítima ou perpetrador era definido em termos das ações específicas que violavam os direitos humanos, assim, no contexto da África do Sul uma mesma pessoa podia ser vítima em uma determinada situação e perpetrador em outra, cada caso era analisado isoladamente. Em seu discurso, a Comissão ressaltou a diferença entre aqueles que defendiam o Apartheid e aqueles que lutavam pelo seu fim, como uma forma de legitimar a responsabilidade do Estado e evitar futuros abusos de poder. Justificavam que ao Estado cabia maior responsabilidade pelas suas violações, visto que ele enquanto o detentor do monopólio do uso da força deveria garantir a segurança de seus cidadãos. Na prática, no entanto, os casos de assassinato, tortura, sequestro e maus-tratos foram todos tratados como violações de Direitos Humanos independentemente da organização que o perpetrador estivesse vinculado. “Thus, the Commission made a conscious decision to err on the side of inclusivity – finding that most killings and serious injuries were gross violations of human rights rather than the result of the legitimate use of force” (Truth and Reconciliation Commission of South Africa Report, Vol. 1, p. 78)

Identificados os casos de graves violações de direitos humanos, estes eram encaminhados para as audiências públicas. Um responsável pelas evidências e um analista organizavam essas audiências. Primeiro, preparavam a requisição que seriam apresentadas. Além disso, marcavam as audiências públicas em conjunto com o representante legal dos perpetradores e das vítimas e enviavam uma cópia do requerimento que seria apresentado para todos os envolvidos. Alguns critérios eram levados em conta na organização das audiências públicas como o local em que a violação ocorreu para que o público pudesse participar, ou o local da vítima e do perpetrador. Outro critério era agrupar na mesma audiência os casos que envolviam as mesmas violações. A disponibilidade de representação legal para as vítimas e pessoas implicadas era condição fundamental para que as audiências ocorressem. Esse foi um dos fatores que contribuíram para o atraso nas atividades do Comitê em função da dificuldade em arrumar um representante legal para

todos os envolvidos. Os pedidos que envolviam violações de Direitos Humanos eram ouvidos nos escritórios. Para tal, era preparado um memorando com a decisão recomendada e as razões para isso para que o painel composto por três membros pudesse decidir.

O Comitê julgou os casos de anistia de acordo com a definição de Grave Violação de Direitos Humanos estabelecido pela Comissão. A tortura significa infligir dor ou sofrimento físico ou mental em uma pessoa para obter uma confissão ou informação sobre si mesmo ou sobre terceiros. Já os raptos eram entendidos como remoção ou captura forçada e ilegal de pessoas. Foram considerados assassinatos as execuções realizadas tanto pelo Estado quanto pelos movimentos de libertação. A quarta categoria eram os graves maus-tratos criado para que a Comissão ganhasse alguma flexibilidade no julgamento de outras violações que não se encaixavam como tortura, rapto e morte. Graves maus-tratos eram os atos ou omissões que tinham como objetivo deliberado infligir sofrimento físico ou mental grave às vítimas. Com base nessas definições que as violações eram julgadas dentro do Comitê de Anistia.

3.3.3 Comitê de Reparação e Reabilitação

As informações sobre as vítimas, a natureza e extensão das violações levantadas pelo Comitê de Violação de Direitos Humanos e o de Anistia eram passadas ao Comitê de Reparação e Reabilitação. O objetivo desse comitê era propor recomendações ao governo sobre medidas para a reparação e reabilitação das vítimas, sugerir medidas necessárias à prevenção de violações de direitos humanos e de estabelecer uma rede de apoio psicossocial e acompanhamento das testemunhas. O Comitê funcionava de forma descentralizada e divulgava seu trabalho através de reuniões públicas e por meio de campanhas publicitárias para informar e divulgar seu trabalho.

O comitê de Reparação e Reabilitação atendia de forma concreta o princípio da justiça restaurativa de reparação das vítimas, e a reabilitação atendia a ideia de cura para a reconciliação defendida pela Comissão. Como parte do projeto de reabilitação, era função do comitê estabelecer uma rede de apoio e acompanhamento para as vítimas. A Comissão identificava que o trabalho de

cura, não se esgotaria nos dois anos do seu funcionamento, seria necessário fornecer um suporte a longo prazo para essas vítimas. O comitê construiu essa rede de suporte a partir das estruturas existentes dentro de cada comunidade, em parceria com organizações não governamentais e instituições locais. A demanda por esse tipo de atendimento era muito maior do que se tinha de serviço para atender na África do Sul, assim foi necessário capacitar pessoas locais para prestar esse tipo de atendimento.

The goals identified in the training and re-training of statement takers concerned the ability to take a statement empathetically in accordance with the format or structure of the form. From the very first training programme conducted by mental health professionals, a strong focus was placed on some of the emotional and crisis management elements of statement taking. (Truth and Reconciliation Commission of South Africa Report, Vol.1,p.289)

O treinamento dessas pessoas, responsáveis pelo atendimento das vítimas, envolvia uma sensibilização para a dinâmica interpessoal. Foram treinados para ficarem atentos à linguagem corporal, ritmo da fala e contato com os olhos, tiveram uma introdução sobre os sintomas da síndrome de estresse pós-traumático e sobre os conhecimentos básicos de gestão de crises.

Após receber as informações levantadas pelos dois outros comitês, era definido que as vítimas que teriam direito a reparações seriam aquelas que deram seu testemunho para a Comissão, aqueles que foram citados por testemunhas e vítimas que foram identificadas nos processos de anistia. O comitê contou com a parceria de instituições locais, com organizações não governamentais e com o suporte do conselho sul-africano de igrejas que tinham uma boa infraestrutura e grande influência nas comunidades urbanas e rurais.

3.4. As verdades produzidas na Comissão da Verdade e Reconciliação

Como foi possível perceber, a instalação da Comissão da Verdade aconteceu com um grande esforço em divulgar a importância do seu trabalho e incluir a sociedade nesse processo. Nesse trabalho de conscientização, a verdade tinha vários significados. Apontada como reconciliatória, estabelecer a verdade

sobre o passado de violações implicava dar a possibilidade de perpetradores e vítimas irem a público falar de suas experiências, e dessa forma trabalhar o perdão a fim de possibilitar a construção de uma sociedade mais igualitária. A verdade representava também o reconhecimento, por parte do novo regime, do sofrimento das vítimas. A cura pela verdade foi outro objetivo defendido pela Comissão, atrelado ao discurso do trauma, a verdade ganhou contornos terapêutico.

No caso sul-africano, esses vários significados foram desmembrados em quatro noções de verdade apontados no relatório final da Comissão. A verdade factual/forense (*factual or forensic truth*) se referia à verdade imparcial e objetiva dos crimes, corroborada com evidências, era a verdade que não deixava dúvidas sobre o passado, a verdade que pretendia correspondência com os fatos. Estabelecida por meio do inquérito criado pela Comissão, visava garantir a neutralidade da versão, para ser apontada como a versão oficial sobre o passado de violações do regime do Apartheid. Esse inquérito tinha como objetivo apontar os dados e padrões sobre as violações, a partir de duas esferas: na individual, sobre cada caso, evento e pessoa, e sobre os contextos, causas e padrões de violação. A verdade factual enquanto a verdade oficial, pela qual o Estado sul-africano reconheceu as violações, pode ser entendida como aquela que se propõe uma perspectiva neutra em relação ao poder. Em outras palavras, por meio da metodologia do inquérito, procura-se estabelecer uma verdade, apontada como única.

A verdade narrativa e pessoal (*personal and narrative truth*) se refere à confissão das vítimas e perpetradores que: “By telling their stories, both victims and perpetrators gave meaning to the multilayered experiences of the South African story” (Truth and Reconciliation Commission of South Africa Report,, Vol. 1, p. 112). No relatório final, é apresentada como a verdade que possibilita a cura, de conciliar o sujeito consigo mesmo. A Comissão interpretou que a Lei 34 reconhece o potencial de cura que existe em dar a oportunidade de cada um contar sua história, quando, no artigo 3, afirma que um dos objetivos da comissão é: “[...] restoring the human and civil dignity of such victims by granting them an opportunity to relate their own accounts of the violations of which they are the victims [...]” (p. 3).

A confissão como forma de resgatar a dignidade humana traz, na noção do humano, os valores universais dos direitos humanos. Reconhecer o sofrimento das

vítimas é reconhecer essas violações. Dessa forma, a nova África do Sul ganha legitimidade como uma sociedade justa, baseada nos princípios universais dos direitos humanos, ao contrário do antigo regime do Apartheid que tinha muitas de suas ações como legais do ponto de vista da lei civil, mas injusta pela perspectiva universal dos direitos humanos. Os perpetradores, ao se confessarem, afirmavam suas ações como ilegais segundo a perspectiva universal e, assim, reconheciam a humanidade do outro, e ao reconhecerem no outro se conciliavam com a sua própria humanidade.

A verdade narrativa, por meio da confissão, parece conciliar o indivíduo e seu sofrimento com sua humanidade. Ao confessar seu sofrimento o indivíduo se afirmava enquanto vítima perante a comissão e a sociedade, por outro lado, essa audiência legitimava essa confissão, reconhecendo a humanidade desse sujeito. Enquanto indivíduo parte da humanidade, tem seus direitos garantidos pela universalidade dos direitos humanos. Essa conciliação do sujeito com sua humanidade, é que possibilitou a passagem de uma África do Sul dividida entre vítimas e perpetradores para uma de humanos e sul-africanos. No próximo capítulo, vamos aprofundar sobre essa última proposição, para compreender como verdade e poder estão articulados na Comissão da Verdade e Reconciliação da África do Sul.

A verdade social (*social truth*) foi a verdade produzida pela interação, discussão e debate ao longo das atividades da Comissão, que contou com ampla participação da população nas audiências públicas. A Comissão convocou todos da sociedade sul-africana a participarem de suas atividades, vítimas, perpetradores, ONGs, comunidades religiosas. Dessa forma, visava superar as divisões e segregações passadas, legitimando o caráter democrático do novo regime. Nesse processo, com a participação da sociedade como um todo, o que estava em pauta era restaurar os laços sociais e, dessa forma, afirmar a cidadania dos negros. “[...] through dialogue and respect that a means of promoting transparency, democracy and participation in society was suggested as a basis for affirming human dignity and integrity” (Truth and Reconciliation Commission of South Africa Report,, Vol. 1, p. 114).

Esse espaço dado pela comissão para a fala das vítimas contribuiu para o resgate da cidadania dessas pessoas. Anteriormente, excluídas e reprimidas por agentes do Estado, ao se confessarem vítimas, tiveram seu sofrimento legitimado

(reconhecido) pelo novo governo e ganharam um outro lugar dentro da sociedade/comunidade sul-africana que não o da exclusão, foram reconhecidas como cidadãos de direitos, como parte da comunidade. No caso dos perpetradores sua confissão garantia sua anistia, entendida como um perdão, e consequentemente, sua reinserção no social. A Comissão estabeleceu todo um ritual nas audiências, como forma, de promover identificação entre os pares, de promover *ubuntu*, de reconhecer o outro e sua humanidade por meio desse processo da identificação presente na confissão.

Sobre a quarta verdade, chamada de verdade curativa e restaurativa (*healing and restorative truth*), o relatório afirma: “There is also ‘healing’ truth, the kind of truth that places facts and what they mean within the context of human relationships – both amongst citizens and between the state and its citizens” (Truth and Reconciliation Commission of South Africa Report., Vol. 1, p. 114). A verdade factual por si só não tem efeito, pois, na prática, era do conhecimento de todos as violações que aconteciam, o que estava em questão, o efeito terapêutico é o reconhecimento público do que aconteceu a fim de legitimar o sofrimento e restaura a dignidade das vítimas. É essa verdade que cria condição para uma sociedade de humanos e sul-africanos.

Analisando o funcionamento e os procedimentos estabelecidos pela Comissão sul-africana, a confissão foi o instrumento privilegiado de reconciliação. Pela confissão, o sujeito pôde articular o seu eu, com sua humanidade e com sua cidadania. Essa articulação possibilitou a passagem do passado de segregação, para um futuro de cidadãos sul-africanos. No próximo capítulo ao abordar a política da verdade de Foucault, vamos aprofundar essa análise sobre essas quatro verdades produzidas na Comissão e como elas se articulam para a reconstrução da comunidade política sul-africana.

4

Verdade e Poder

A transição de um regime político envolve questões, como a escolha do regime político, a criação de uma identidade nacional, a reconstrução do laço social, a construção das instituições e a participação popular, as quais vão determinar a identidade do novo regime. Nesse processo, a verdade, considerada uma obrigação dos Estados, é a condição dessa mudança, é o que marca essa passagem de um passado de violações para um regime democrático liberal. A Comissão da Verdade, mecanismo de transição restaurativo, aponta para uma verdade compreendida como pacificadora, conciliadora e como cura do trauma de um passado de violência estatal.

A Comissão da Verdade e Reconciliação sul-africana se destaca, por ser considerada uma terceira via entre a instauração de um tribunal e a impunidade da lei de anistia. O caso sul-africano foi o primeiro caso em que a verdade compreendida como pacificadora, conciliadora e como cura do trauma de um passado de violência estatal foi trabalhada nesse sentido. Tendo como principal mecanismo de reconciliação, as audiências públicas, em que vítimas e perpetradores confessavam suas vivências, levaram a produção de quatro verdades, como apresentado no capítulo anterior. O campo da justiça transicional e seus mecanismos para estabelecer verdades passam a definir os conceitos, as práticas e os discursos sobre as mudanças de regime e, desse modo, passa a legitimar determinadas decisões políticas, definir papéis sociais e estabelecer relações de poder.

Foucault nos apresenta uma concepção do sujeito atrelada a produção de verdades, identifica que as práticas pelas quais as subjetividades se definem e se transformam estão acompanhadas da construção de verdades. Demonstra por meio

de seu estudo genealógico como a prática do inquérito se tornou mecanismo privilegiado de produção de verdade, nas sociedades ocidentais. Assim, define a Política da Verdade como as verdades produzidas a partir de determinadas práticas sociais, que estabelecem determinadas relações de poder, que vão constituir tipos de sujeito.

Só pode haver certos tipos de sujeitos de conhecimento, certas ordens de verdades, certos domínios de saber a partir de condições políticas que são o solo em que se formam o sujeito, os domínios de saber e as relações com a verdade. (FOUCAULT, 2003, p. 27)

Na história do Ocidente, essas relações de verdade foram estabelecidas a fim de governar os sujeitos (FOUCAULT, 2007). A partir dos séculos XV e XVI, há uma multiplicação de técnicas, que tem a produção de verdades, através da confissão, como principal meio para governar os sujeitos. Para Foucault (2007), a crítica seria o movimento de questionar essas verdades e seus efeitos de poder, é um movimento de insubordinação que analisa as relações entre poder, verdade e o sujeito. Seguindo esse viés crítico, pretende-se entender como verdade e poder estão articuladas na Comissão da Verdade, especificamente, no caso sul-africano, como mecanismo de reconstrução social e política, tendo como fundamento o discurso da reconciliação e da cura. Será desenvolvido um estudo sobre os textos em que Foucault analisa as práticas confessionais.

4.1 Práticas de Construção de Verdade

Em *A verdade e as formas jurídicas* (2003), Foucault apresenta uma genealogia da prática jurídica do inquérito, entendida como mecanismo de produção de verdade: “as práticas judiciais [...] seriam uma dessas formas pelas quais a sociedade definiu tipos de subjetividades, formas de saber, e por conseguinte, relação entre o homem e a verdade...” (FOUCAULT, 2003, p. 11). Considera que o inquérito passou a ser o modelo principal de pesquisa da verdade e assumiu diversas formas em diferentes domínios de conhecimento:

Este saber por inquérito virá assumir uma enorme diversidade de formas, além de se multiplicar e proliferar em muitos campos de conhecimento e de práticas na cultura ocidental, de Heródoto, Sófocles e Aristóteles, passando pela tecnologia cristã de confissão e pela “Santa Inquisição”, instalando-se entre as ciências modernas, tendo em conta, evidentemente, diferenças históricas e epistêmicas. (PRADO FILHO, 2012, p. 105)

Vai analisar a formação dos procedimentos jurídicos do mecanismo de prova, do inquérito e do exame, mostrando suas diferenças, singularidades históricas, descontinuidades, rupturas e condições de possibilidade (PRADO FILHO, 2012). O inquérito tem origem na Grécia Antiga, com a tragédia de Édipo-Rei, uma história de pesquisa da verdade, a qual instaura um determinado tipo de relação entre poder e saber. Destaca que a resolução do litígio de “Quem matou Laio?” dessa tragédia traz um elemento novo na busca pela verdade: o testemunho. A verdade vai sendo construída com base em vários discursos; inicialmente, com a predição do Deus Apolo, que apontam para algo que está no futuro. Num segundo momento, a profecia do adivinho Tirésias (considerado um representante dos deuses) dá um indício da verdade. No entanto, o que é determinante nesse processo, que confirma a verdade de Édipo é o testemunho do escravo que presenciou sua entrega a Políbio. Assim, quem vai determinar a verdade, não é o poder político, mas sim aquele que viu, que testemunhou. Esse conhecimento por testemunho, por lembrança, por inquérito vai constituir o saber dos historiadores gregos. Para Foucault (2003), a tragédia de Édipo representa o processo pelo qual o povo grego conquistou o direito de opor a verdade ao poder, por meio do testemunho, essa separação entre poder e saber, que origina o mito ocidental de que poder e conhecimento são coisas separadas.

Durante a primeira metade da Idade Média, há uma ruptura com esse modelo grego de inquérito. As disputas, durante o feudalismo, eram decididas pelo mecanismo de jogo da “prova”, técnica jurídica que teve sua origem no direito germânico, no qual a ação penal era uma espécie de duelo entre os envolvidos (FOUCAULT, 2003). A presença de um terceiro, como a figura de um juiz, era para verificar a regularidade do processo e não atestar sobre a verdade da

causa. Segundo Foucault (2003), esse mecanismo se caracterizava como uma forma regularizada de fazer guerra, pois a solução do processo jurídico não se dava pela verdade dos fatos, mas sim por quem vencida a disputa ou pelo estabelecimento de um acordo de trégua. No feudalismo, esse mecanismo de prova era mais elaborado, envolvia várias modalidades de provas: as sociais, as verbais, as mágico-religiosa e as físicas. O que caracteriza esse modelo do jogo da prova não é a pesquisa de uma verdade, mas de verificação de quem tinha razão por meio da força, era uma forma de “ritualizar a guerra” (FOUCAULT, 2003).

A reinvenção do inquérito acontece na segunda metade da Idade Média e o que marca essa mudança é a crescente necessidade da circulação de bens, a constituição dos aparelhos de Estado das monarquias europeias e a entrada da igreja católica na cena jurídica (PRADO FILHO, 2012).

Considerando que uma sociedade onde a justiça opera por contestação e litígio liquidados entre indivíduos não tem um poder judiciário constituído, entra em questão nesse momento a necessidade de organização de um aparelho de justiça com seus procedimentos jurídicos e administrativos, que concentre o poder de julgar nas mãos de alguns. A justiça deixa de ser litígio particular entre indivíduos para ser problema de manutenção de soberania: os conflitos não mais serão negociados e resolvidos entre os envolvidos, mas esses terão agora que se submeter à regulação por um poder judiciário organizado como poder político. (PRADO FILHO, 2012, p. 106).

O inquérito vai se constituir como um procedimento administrativo necessário à centralização do poder político das monarquias europeias. É nesse contexto político que surge a noção de justiça como um poder externo aos indivíduos, que se impõe como poder judiciário e político. A infração passa a ser entendida como uma ofensa ao Estado, como um dano à ordem e que demanda reparação por meio de multas e confiscos. A figura do procurador surge como um representante do soberano, um terceiro que fala em nome da vítima e do soberano, e que vai coletar as reparações financeiras. A sentença jurídica era estabelecida a partir da verdade sobre a infração, por meio do flagrante delito, ou seja, pela denúncia no momento em que o crime era cometido. Quando isso não acontecia

era necessário desenvolver um inquérito sobre a verdade do delito, com base no testemunho (Foucault, 2003).

Foucault (2003) destaca uma dupla origem do inquérito estabelecido nesse período. Ele se baseou no modelo do Império Carolíngio, no qual os representantes do soberano instauravam o *inquisitio*, para resolver questões de direito, de poder, de impostos e de propriedade; para tal, convocavam “notáveis”, pessoas que eram consideradas capazes de saber, que tinham visto o fato, para testemunhar qual era a verdade e deliberar a solução. Esse procedimento administrativo era o instrumento central do poder político, poder que era exercido pelo saber sobre uma verdade.

A prática do inquérito também esteve presente na Igreja Católica durante toda a Idade Média. A inquisição Eclesiástica, que acontecia a cada visita dos Bispos, tinha como objetivo saber o que havia acontecido durante a ausência do representante religioso. Esse processo de inquérito acontecia em dois momentos: primeiro, a *inquisição geral*, que era um levantamento de tudo que havia acontecido, para, em um segundo momento, estabelecer *inquisição especial*, que tinha como objetivo apurar a verdade dos fatos. A confissão do culpado podia interromper o processo a qualquer momento. A inquisição eclesiástica era, inicialmente, um inquérito espiritual, mas, conforme o poder econômico da igreja cresceu, ele se tornou também um procedimento administrativo. É esse modelo que vai ser utilizado no procedimento judiciário:

O modelo [que o procurador vai estabelecer] – espiritual e administrativo, religioso e político, maneira de gerir e vigiar e controlar as almas - se encontra na igreja: inquérito entendido como olhar tanto sobre os bens e riquezas, quanto sobre os corações, os atos, as intenções, etc. (FOUCAULT, 2003, p. 71)

Foucault (2003) conclui que esse procedimento vai se caracterizar como uma forma de atualização do delito, por meio do relato daquele que sabe e que viu e traz para o presente o fato. É um sistema racional de estabelecimento da verdade que resultou de um processo político, e não por uma racionalização dos procedimentos judiciários. O inquérito aponta para uma relação de poder, para uma forma de se exercer poder. O inquérito, ao reorganizar as práticas judiciárias, se difundiu para outros domínios de saber, como o econômico, as ciências políticas e humanas, se tornou um saber-poder.

O inquérito é precisamente uma forma política, uma forma de gestão, de exercício de poder, que por meio da instituição judiciária veio a ser uma maneira, na cultura ocidental, de autenticar a verdade, de adquirir coisas que vão ser consideradas como verdadeiras e de transmitir. (FOUCAULT, 2003, p. 78)

Em “Wrong-doing, Truth-telling: The Function of Avowal in Justice” (2014), texto de um curso dado em 1981, Foucault retoma a análise da prática do “dizer a verdade” (truth-telling) na história do ocidente, fornecendo-nos mais elementos sobre a relação entre confissão, verdade e poder. Nesse texto, Foucault junta os vários trechos da genealogia sobre a confissão que é possível encontrar separado em outros textos ao longo de sua obra. Logo no início do texto, ele define a confissão não como uma simples declaração, mas como um não dito que tem um valor, ou seja, que tem um custo para aquele que fala. Mais do que uma observação de si mesmo, ela é um compromisso, pois aquele que confessa se implica no que afirma. As consequências são diferentes para aquele que confessa e quem escuta. Nesse sentido, a confissão só existe dentro de uma relação de poder, poder que se exerce sobre aquele que fala. Além disso, a confissão é sempre uma verdade, caso contrário não seria uma confissão.

O autor centra sua análise no legado institucional da confissão, quais as razões e formas de empreender confissões, como essas formas se vinculam a verdade e quais instituições se utilizaram dessa prática. Ele retoma a tragédia de Édipo Rei na Antiguidade, onde considera que tem origem a prática do inquérito e da confissão. Além disso, destaca a produção de três verdades, a verdade dos deuses, dos reis e dos escravos e como vai se chegar a cada uma delas, como se desenvolveu o inquérito e como a confissão do escravo foi determinante para estabelecer a verdade final e legítima.

Outra prática comum na Antiguidade era a de exame de consciência. Prática filosófica entre mestre e discípulo, esse exame da consciência era um ritual, que acontecia a noite, lembrar para refletir sobre as ações diárias e os erros a fim de memorizá-los, para ajustá-los ao que seria um comportamento correto. Esse ajuste das ações acontecia por meio da escuta do mestre (aquele que tinha conhecimento) que reforçava os princípios fundamentais que deveriam regular o

comportamento das pessoas. Nesse exame de consciência, as ações são reguladas a partir da relação com o outro, um outro que sabe.

No cristianismo, a confissão era vista como uma obrigação dos indivíduos, de dizer a verdade sobre si mesmo, sobre sua alma. Eram as práticas cristãs de penitência, aplicada àqueles que cometiam algum pecado. A penitência consistia de sacrifício mental e físico para garantir a salvação da alma, não era um processo, mas um *status*, ou seja, um lugar que o indivíduo ocupava dentro da comunidade até que pudesse se reconciliar e ser reinserido. Era desenvolvido um ritual em que a pessoa apresentava sua verdade, seu eu, enquanto um pecador, nesses casos, a obrigação de contar a verdade ao outro era por meio de certos rituais e processos através de ações. O ritual de penitência implicava o penitente encenar através de ações de sacrifício seu arrependimento, esse ritual era denominado de *exomologesis*. Em outras palavras, era uma representação teatral, uma encenação em que o pecador demonstrava o rompimento com si mesmo em prol do verdadeiro eu. Nessas ações, não havia uma correspondência de valor entre o pecado e a penitência, era dada uma ênfase na ação de sacrifício.

This avowal that was tied with rituals of penance in the first centuries of Christianity, it seems to me, should be understood as a kind of manifestation of the self, an expressive and symbolic manifestation of the self, with two characteristics: it did not have as an objective, purpose or end the Discovery of a truth hidden deep with oneself; and second, it did not use verbal expression as its principal instrument. (FOUCAULT, 2014, p. 1970)

Nas práticas dos mosteiros, no século IV e V, essa investigação da verdade de si mesmo acontece pela fala. Segundo Foucault (2014), são essas práticas que vão dar origem ao mecanismo de confissão disseminado na sociedade ocidental. Na penitência, o ritual de produção de verdade acontece acompanhada de ações, gestos; nos mosteiros, era acompanhada da linguagem, era por meio da confissão verbal que verdade e sacrifício estavam articulados. Seria o meio termo entre a prática filosófica e a penitência cristã. Os monges teriam acesso à verdade adotando um modo específico de viver, em que a purificação acontecia pela renúncia e pelo sacrifício, que se dava pela obrigação de dizer a verdade sobre si mesmo. Marca, nesse período, o início do exame da consciência. A mente era vista como um constante movimento de pensamentos que impediam a

contemplação, caminho para atingir a evolução espiritual. O exame de si mesmo se dava pela permanente confissão de si mesmo, esse processo era denominado de *exagoreusis*, confessar como forma de controle do pensamento por um outro que avaliava. Foucault (2014) ressalta que aqui a relação com aquele que escuta não era tão relevante, mais importante era a obediência independentemente daquele que escutava. Há uma difusão e mistura dessas duas práticas, *exomologesis e exagoreusis*, para o controle da comunidade, ou seja, essas duas práticas de direção espiritual ganham uma função pastoral e vão ser adotadas pelo direito germânico. Como apontado em *A verdade e as formas jurídicas* (1974), no direito germânico, a verdade se dava por um mecanismo análogo à penitência, por meio da ação, uma ritualização da guerra.

Posteriormente, em *História da sexualidade* (1988) vai abordar o papel da confissão, como forma de controlar os discursos dos sujeitos sobre a temática da sexualidade e como essa prática vai ser difundida para outros saberes. A confissão, prática desenvolvida pela igreja católica, era uma espécie de inquérito espiritual, que impunha regras ao exame de si mesmo, era como uma “polícia do enunciado” ao estabelecer de que maneira se podia falar da sexualidade (qual a verdade sobre a sexualidade). O objetivo não era apenas de estabelecer um vocabulário moralmente aceitável, a sujeição operava, principalmente, pela transformação do desejo em discurso (FOUCAULT, 1988).

A confissão envolve uma relação de poder, na medida em que depende da presença de um interlocutor que a requer, avalia e intervém; a verdade falada é autenticada pelas resistências que teve que suprimir para poder se manifestar. A verdade da confissão, validada pelo outro, vai ser constituinte da identidade do sujeito. “A confissão da verdade se inscreveu no cerne dos procedimentos de individualização pelo poder” (FOUCAULT, 1988, p. 58). A subjetividade do sujeito se constitui e é localizada na sociedade por meio desse movimento reflexivo da confissão.

A partir do século XVIII, esse controle discursivo da sexualidade vai operar não tanto pela moral, mas pela racionalidade. O sexo passa a ser compreendido dentro da lógica de normação, ou seja, com base em pesquisas e dados estatísticos, o sexo vai ser gerido dentro de um sistema de utilidade segundo a lógica econômica e política do governo da população. A confissão

passa a operar de maneira polimorfa, vai se difundir pela medicina, psicologia, pedagogia e família.

Deve-se falar do sexo, e falar publicamente, de uma maneira que não seja ordenada em função da demarcação entre o lícito e o ilícito, mesmo se o locutor preservar para si a distinção [...] cumpre falar do sexo como uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar mas gerir, inserir em um sistema de utilidade regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. O sexo não se julga apenas administra-se. Sobreleva-se ao poder público; exige procedimentos de gestão; deve ser assumido por discursos analíticos. (FOUCAULT, 1988, p. 27)

A confissão passa a ser considerada um saber-poder atrelada à ciência do sujeito. É por meio da confissão que o sujeito se constitui, na medida em que, ao se confessar afirma sua subjetividade, afirma sua verdade perante a um outro que sabe. Assim, esses discursos não retratam um sistema de representações, mas sim, *relações de poder*. “Confession, then, is the diagram of a certain form of subjectification that binds us to others at the very moment we affirm our identity.” (ROSE, 1999, p. 244). É importante ressaltar esse traço identificatório presente no dispositivo confessional, ou seja, o sujeito se afirma perante um outro que vai autenticar a confissão, levando-o a se identificar com a sua fala.

Esses mecanismos confessionais presentes na medicina moderna, no serviço social, psiquiatria e na psicologia, Foucault (2007) denomina de “técnicas do self”, elas representam formas de controle e disciplina da vida do indivíduo. Esse processo de subjetivação, se dá também por meio de um processo de sujeição, pois haveria atrelado a elas um código moral estabelecido nos diferentes ambiente sociais.

[...] in compelling, persuading and inciting subjects to disclose themselves, finer and more intimate regions of personal and interpersonal life come under surveillance and are opened up for expert judgement, and normative evaluation, for classification and correction. In the name of the recognition of the subjectivity of the client or patient, a more profound subjection is produced. (ROSE, 1999, p. 244).

O poder psiquiátrico, texto de 1974, destaca que a crescente utilização da prática do inquérito teve como desdobramento a produção de dois tipos de

verdade ao longo da história ocidental, a saber: a verdade do conhecimento científico e a verdade-evento. A verdade científica é entendida enquanto a essência das coisas, demonstrável e universalmente presente; e a verdade-evento, a verdade dos antigos caracterizada como dispersa, local, uma verdade que surge na tentativa dos indivíduos se apoderarem das situações e objetos, que se dá através de rituais, é a verdade dos profetas, dos Sábios, dos loucos. Nesse último caso, identifica uma relação de choque, de tentativa de domínio, não é, portanto, uma relação de conhecimento, mas de poder. As práticas psiquiátricas de questionar, de confissão e exame, aparentemente, acabam substituindo a verdade-evento por tecnologias de demonstração de verdade e observação científica. Foucault (2006) conclui que essa transição da tecnologia da verdade-evento para a científica é um reflexo da extensão de procedimentos políticos de inquérito.

I think the transition from a technology of truth-event to truth demonstration is linked, on the one hand, to the extension of political procedures of the inquiry. The inquiry, the report, the evidence of several people, the cross checking of information, the circulation of knowledge from the center of power to the points where it ends up and back again, as well as all the agencies of parallel verification, progressively, over a long history, gradually constituted the instrument of the political and economic power of industrial society; (FOUCAULT, 2006, p. 246)

Apesar dessa transição, a verdade continua guardando sua relação com o poder, na medida em que determina o que pode ser falado produzindo certos tipos de subjetividades e relações sociais.

4.2 As Verdades da África do Sul

Após esse panorama dos escritos de Foucault, a política da verdade pode ser definida como aquela que tem a produção da verdade como forma de governar os indivíduos, por meio da prática do inquérito. A história mostrou que o inquérito vai se tornar o mecanismo privilegiado de pesquisa sobre a verdade, em que os atores participam desse processo por meio da confissão e que tem, na interlocução

com o outro, o controle sobre essa narrativa de si mesmo. A Comissão da Verdade parece atender a essa lógica da política da verdade. Dentro do debate sobre a transição de regimes políticos, a verdade passa a ser vista como condição para lidar com o legado da violência estatal. Criada para atuar temporariamente, a Comissão instaura um inquérito que investigue a verdade sobre violações de direitos humanos e tem como principal fonte de informação a confissão de vítimas e perpetradores.

A Comissão da Verdade e Reconciliação da África do Sul teve seu desenvolvimento orientado pelo discurso da reconciliação, do perdão e da cura do trauma. Como descrito na introdução da Lei 34 de 1995, para a Promoção da Unidade Nacional e Reconciliação:

AND SINCE the Constitution states that the pursuit of national unity, the **well-being of all South African** citizens and peace require **reconciliation** between the people of South Africa and the **reconstruction of society**;

AND SINCE the Constitution states that there is a need for understanding but not for vengeance, a need for reparation but not for retaliation, a need for ubuntu but not for victimization;

Esses objetivos eram orientados pelos valores cristãos e pelo discurso do trauma. Sendo um país de maioria cristã, a Comissão Sul-Africana contou com a participação da igreja em todo o seu processo. Além de ter importante papel junto aos movimentos de direitos humanos para pressionar pela instauração da Comissão da Verdade, a igreja contribuiu com suporte logístico para os escritórios locais e foi um importante canal na aproximação da população com o trabalho da Comissão. Arcebispo Desmond Tutu foi nomeado presidente da Comissão e defendia a reconciliação e reparação tendo como fundamentado os valores cristãos e o *ubuntu*. O ritual das audiências públicas continham vários elementos da cerimônia cristã, como orações no começo de cada audiência, hinos e músicas em memória das vítimas.

Outra influência cristã pode ser identificada no processo de anistia da Comissão. A anistia é um ato do poder legislativo de isentar casos que envolvam questões políticas de qualquer punição, é um perdão geral. No caso da África do sul a anistia era concedida àqueles que confessassem toda a verdade sobre as violações, confissão em troca do perdão, da salvação.

Por outro lado, a confissão das vítimas era defendida como forma de cura,

como meio de elaborar seu sofrimento gerado pelo trauma da violência vivida ou testemunhada. A confissão frente a um outro que vai legitimar ou não o sofrimento, que vai determinar quem é vítima. Essa condição da vítima é definida na Lei 34, de 1995 como:

“persons who, individually or together with one or more persons, suffered harm in the form of physical or mental injury, emotional suffering, pecuniary loss or a substantial impairment of human rights- (i) as a result of a gross violation of human rights; or (ii) as a result of an act associated with a political objective for which amnesty has been granted;” (Act nº 34, 1995, p. 4)

Fassin (2009) afirma que a popularização do trauma foi consequência da junção de demandas sociais e políticas com o saber científico e de uma reestruturação moral que passa a definir a relação com a desgraça. O trauma passou a expressar valores e preocupações, que passaram a enquadrar as narrativas sobre os conflitos no registro do sofrimento, na constituição do lugar da vítima. A genealogia do trauma aponta que, após a Segunda Guerra Mundial, a experiência traumática passa a ser vista como uma experiência extrema, da ordem do indizível, uma reação humana universal, ou seja, o normal do ser humano ao vivenciar essas experiências extremas de violência é o trauma. Nesse contexto, surge a categoria de vítima, como aqueles que sofreram essa experiência traumática e a técnica terapêutica passa a ser da confissão como forma de nomear essa experiência do indizível.

É esse paradigma do trauma que fundamenta o modelo sul-africano de Comissão da Verdade. Sendo o trauma uma resposta comum do ser humano, a Comissão da Verdade Sul-Africana teria como objetivo encorajar que as pessoas viessem a público falar de seu sofrimento e, dessa forma, situar essa experiência individual em um contexto social e político mais amplo, como parte de um processo coletivo de cura e reconciliação (FIERK, 2005).

A definição de vítima estabelecida pela Comissão coloca em pauta preocupações e valores que passaram a determinar como a vivência daquelas pessoas seriam interpretadas. O relatório final descreve que, durante o processo de desenvolvimento da Comissão, questionou-se a utilização do termo *vítima* em vez de *sobreviventes*. A palavra *vítima* era associada a sofrimento e passividade, enquanto *sobrevivente* era visto com uma conotação positiva que aponta para a

capacidade de superar adversidades. A posição da comissão era de que o fato de alguém se considerar um sobrevivente não significava que não estivesse traumatizada, assim definiu que:

[...] when dealing with gross human rights violations committed by perpetrators, the person against whom that violation is committed can only be described as a victim, regardless of whether he or she emerged a survivor. In this sense, the state of mind and survival of the person is irrelevant; it is the intention and action of the perpetrator that creates the condition of being a victim. (FINAL REPORT, 1998, p. 59)

Vê-se aí a concepção normatizante do trauma, que busca definir os papéis sociais de vítimas e perpetradores, categorias que vão pautar a decisão do Comitê de Anistia e do Comitê de Reparação e Reabilitação. O discurso religioso e do trauma vão, portanto, fundamentar a instauração do inquérito sobre a verdade sul-africana, reproduzindo a lógica do inquérito que Foucault nos apresenta.

O inquérito da comissão tinha início com a fase de coleta de testemunhos (*statement takers*). Essas coletas aconteciam nos comitês regionais, aberto a todos aqueles que acreditavam terem sofrido alguma violência. Os relatos eram registrados no Sistema de Gerenciamento de Informação, que categorizava as violações em determinados tipos e classificava as pessoas entre: vítimas, perpetradores e testemunhas. Esses relatos eram traduzidos em informações objetivas, ou seja, as informações eram sistematizadas dentro das categorias estabelecidas no sistema, para que fosse possível levantar os dados sobre os tipos de violações e o número de vítimas. O sistema estabeleceu uma classificação que delimitava a forma como a realidade social seria analisada (WILSON, 2001). Após inseridos no sistema, eram feitas investigações para confirmar a veracidade desses relatos. Esse processo tinha como objetivo empreender uma leitura quantitativa, a fim de estabelecer uma verdade imparcial e geral, denominada de *factual* ou *forense*.

A verdade *factual* ou *forense* vai ser a versão oficial sobre as violações do regime Apartheid, que vai compor a história oficial da África do Sul. Ela reclama autoridade da verdade na correspondência dos fatos, visando garantir neutralidade em relação ao poder. Foucault denomina essa verdade de científica, a qual pressupõe que existe uma verdade em todo lugar e que pode ser descoberta por

meio do inquérito científico. Nesse sentido, impõe-se como única versão, não passível de questionamentos. Dessa mesma forma, a verdade factual se impõe sobre outras versões, está acima de outras perspectivas “*partisan*”. Ela se impõe também sobre as outras verdades produzidas nas audiências públicas, enquanto registro oficial vai legitimar a verdade narrativa, social e curativa como veremos.

The important thing is that the truth is established in an officially sanctioned way, in a manner that allows the findings to form part of the historical record of the nation and that established an authoritative version of the events, over and above partisan considerations. (ZALAQUETT, 1989, p. 31)

Após a investigação, constatadas as violações e identificadas as vítimas, os perpetradores eram notificados sobre seu direito de defesa. A etapa seguinte era a das audiências públicas. As audiências se tornaram um local onde se desenvolveu um ritual, que, por meio da confissão de vítimas e perpetradores, possibilitou a reconciliação da sociedade sul-africana. Turner (1974) define os rituais como práticas simbólicas que auxiliam nos processos de mudança dentro de uma comunidade, em outras palavras, são as atividades que vão promover ressignificação. Para Foucault, os rituais são práticas sociais de significação e subjetivação que vão determinar relações de poder. Com ampla adesão da sociedade, a audiência pública se tornou um espaço simbólico em que, por meio da confissão, foi possível ressignificar papéis sociais, direitos e valores. Essa ressignificação marca a mudança de regime e legitima o novo governo democrático sul-africano.

Com base nos dados levantados nessa primeira fase do inquérito, cada comitê regional definia as violações que seriam abordadas e as vítimas e os perpetradores que seriam convocados. No caso das vítimas, eram selecionados alguns casos que representassem as várias violações que ocorreram naquela região. Dessa forma, as vítimas que não eram chamadas para se confessar, podiam se identificar com aquelas vivências e ter seu sofrimento reconhecido. Nesse sentido, a verdade factual estabelece os parâmetros que vão fundamentar a escuta da Comissão nas audiências, ela vai ser a condição de possibilidade das outras três verdades, apresentadas a seguir.

A verdade narrativa e pessoal (*personal and narrative truth*) é a verdade que resultou da confissão de vítimas e perpetradores sobre os fatos. Através da

confissão que a ressignificação acontecia no sujeito. Dito de outra forma, a verdade narrativa era o resultado da ressignificação da história do sujeito, que acontecia pelo reconhecimento da sua confissão pela audiência. Ao confessar seu sofrimento, o indivíduo se afirmava vítima de grave violação de direitos humanos diante da audiência, a qual legitimava sua narrativa e, dessa forma, reconhecia sua humanidade. Por outro lado, os perpetradores, ao se confessarem, afirmavam suas ações como ilegais segundo os direitos humanos, reconhecendo a humanidade no outro e em si mesmo.

Foucault (2014) aponta que esse movimento reflexivo da confissão, mais do que um reconhecimento, envolve uma validação de quem escuta. A confissão não é apenas uma observação de si mesmo, mas sim um compromisso, pois aquele que confessa se implica no que afirma perante a quem escuta – é um processo de subjetivação que ocorre pela sujeição. Assim, pela confissão, diferenciava-se quem eram vítimas e perpetradores, no entanto, era nessa diferenciação que se afirma a humanidade dos indivíduos. Era pela confissão que o sujeito articulava seu eu com sua humanidade.

O projeto político sul-africano era de construir um regime democrático constitucional fundamentado na concepção universal dos direitos humanos. A nova identidade sul-africana seria baseada na concepção de uma cidadania em que todos os indivíduos teriam seus direitos garantidos de forma neutra e universal (WILSON, 2001). A comissão por meio da confissão tinha como um dos seus objetivos restaurar a dignidade humana de vítimas e perpetradores.

Outra verdade apresentada no relatório final era a verdade social (*social truth*), entendida como uma verdade diálogo, era produzida pela interação da sociedade sul-africana. As audiências eram públicas e tinham ampla divulgação de suas atividades. A fim de garantir a participação de todos e a transparência do processo, a verdade social visava colocar os valores democráticos em prática, para legitimar o novo governo democrático sul-africano. As audiências públicas se tornaram o local de produção dessa verdade, por meio dessa relação entre os pares. Essa interação visava promover *ubuntu*, concepção que aponta para a constituição dos sujeitos na sua relação com o outro. Era na relação com o outro que o sujeito tem contato com sua própria humanidade.

As práticas cerimoniais e teatrais das audiências tinham como objetivo promover essa sensibilização em relação ao próximo. As audiências começavam

com um discurso de abertura pelo presidente da mesa, seguido de uma oração, ou alguma homenagem às vítimas ou de uma canção/um hino religioso. O presidente então convocava vítimas e testemunhas ao local estipulado para darem sua confissão. Essas pessoas eram recebidas com palavras acolhedoras como “we are glad to see you”, “we’d like to welcome you very warmly”⁸ e, antes de começar, faziam um juramento. Esses aspectos cerimoniais e seus elementos simbólicos tinham como objetivo promover essa humanização dos atores.

Toda essa performance tinha por objetivo gerar empatia através dessa interação, humanizar os atores alinhando o sujeito com seus pares, com sua comunidade. Em outras palavras, as vítimas tinham na interação com outras vítimas e outros perpetradores o reconhecimento de sua humanidade e de sua cidadania antes ignorada. Esse resgate dos direitos civis liga o sujeito a sua comunidade. Em relação aos perpetradores, a confissão promovia essa reconciliação do sujeito com sua humanidade, mas também com a comunidade, na medida em que admitia suas violações era garantido seu perdão e, conseqüentemente, sua reinserção na comunidade. A verdade social era produzida, portanto, pela e na interação social durante as audiências, articulando o indivíduo com a sua comunidade.

A verdade curativa e restaurativa (*healing and restorative truth*) corresponde à verdade que procurava traduzir os fatos no contexto das relações humanas, ou seja, demonstrar de que forma a verdade factual estava relacionada com a experiência dos sujeitos. Isso implicava no reconhecimento das violações. A verdade factual por si só não contribui para a reconstrução do laço social, pois as pessoas que viveram esse período de violência estatal sabiam do que acontecia. O que é colocado aqui como questão é o efeito terapêutico do reconhecimento oficial desses fatos.

As quatro verdades produzidas na Comissão da Verdade e Reconciliação vão constituir a identidade dessa nova África do Sul. Pela confissão, foi possível articular os três níveis que passaram a constituir o sujeito político sul-africano: o indivíduo e seu sofrimento, o sujeito com a sua comunidade pelo resgate dos direitos civis e do sujeito com sua humanidade, categoria universal. A articulação entre esses três níveis (individual, local e universal) nos sujeitos vai garantir

⁸ Para transcrições das audiências, ver: www.justice.gov.za/trc/hrvtrans/el_victim.htm.

legitimidade do novo regime sul-africano ao possibilitar a passagem de uma sociedade no passado marcada pela divisão entre brancos e negros, entre perpetradores e vítimas, para uma sociedade sul-africana unida sob a concepção universalista dos direitos humanos. A relação entre o indivíduo e a comunidade é fundamental nesse processo, mas não é suficiente, visto que muitas das ações durante o Regime do Apartheid eram consideradas legais segundo a legislação civil. É a perspectiva universal dos direitos humanos que vai marcar o rompimento com o antigo regime, que vai constituir o elemento identificatório para a reconstrução do laço social e da nacionalidade sul-africana. É pelo discurso dos direitos humanos que vai se estabelecer a reconstrução do laço social da África do sul.

5

Conclusão

O fim Guerra Fria culminou com fim dos regimes autoritários em vários países do leste europeu e da América Latina, colocando o tema da “transição” em destaque no cenário internacional. A transição política nesses Estados apontavam para a tensão entre o legado da violência estatal e a garantia dos direitos humanos. Como consequência a questão que se colocava era como lidar com esse passado de violência do Estado e criar condições políticas para legitimar o novo regime democrático liberal.

A fragilidade das instituições jurídicas, a falta de legitimidade dos novos governos e o fato das pessoas envolvidas nessas violações serem do mesmo convívio social, colocaram xeque o processo criminal como resposta ao legado da violência estatal. Nessas condições o processo criminal parecia gerar mais instabilidade, ao mesmo tempo, que outros fatores como a reconciliação social e o sofrimento das vítimas ganharam relevância como elementos da transição, colocando em questão a noção de justiça.

No processo criminal, orientado pela lógica retributiva, o crime é visto como uma violação da lei e uma ofensa ao Estado. A verdade visa apenas determinar culpados e a justiça se materializa na punição. Na concepção restaurativa, em contraste, o crime é encarado como um dano à pessoa e às relações sociais, ele cria uma necessidade para as vítimas. Neste caso a justiça não se manifesta mais pela a punição, sendo substituída por uma reparação acordada entre as partes envolvidas. Nessa concepção de justiça, a verdade tem como objetivo atender a necessidade de reparação das vítimas e de responsabilização do perpetrador; a verdade visa recuperar o dano causado à relação social.

Para atender à demanda das vítimas por justiça e responder ao objetivo da reconciliação, o reconhecimento oficial da verdade passa a ser visto como uma obrigação dos Estados. A perspectiva restaurativa contribui para o debate da justiça transicional com uma concepção reconciliadora da verdade, que visa restaurar o laço social e elaborar o trauma. Sob esta conceituação, a comissão da

verdade se consolida como um mecanismo privilegiado de transição que visa estabelecer a verdade como uma prestação de contas, como reconhecimento das violações e do sofrimento das vítimas, para a restaurar a relação social. Esse mecanismo de reparação tem seu paradigma na Comissão da Verdade e Reconciliação da África do Sul. Assim, procurou-se compreender a experiência sul-africana a partir da relação entre verdade e poder.

A Comissão da Verdade e Reconciliação da África do Sul apontada como uma terceira via, teve como enfoque trabalhar o perdão e a cura para a reconciliação da sociedade sul-africana. Nem a punição, nem a impunidade. A comissão implantou os princípios restaurativos, trazendo a sociedade para o debate público. Criou um espaço em que vítimas e perpetradores pudessem confessar suas vivências durante o regime de Apartheid e nesse processo ressignificar papéis sociais, direitos e valores. No segundo capítulo foram apresentados e discutidos os principais tratamentos dados à verdade pela comissão sul-africana, são elas: a verdade factual, a verdade narrativa, a verdade social e a verdade curativa.

O capítulo seguinte ao retornar aos estudos de Foucault sobre as políticas da verdade, foi possível analisar o papel das práticas de verdade na constituição do sujeito político e na construção da política sul-africana. Na história do ocidente o inquérito se tornou um mecanismo central de pesquisa sobre a verdade, em que a confissão é um instrumento de governo dos sujeitos. A confissão é definida como uma técnica de subjetivação pela sujeição, na medida em que, aquele que confessa se implica no que afirma perante a alguém que escuta e legitima essa narrativa. No caso da África do sul, vítimas e perpetradores ao se confessarem nas audiências públicas puderam ressignificar seus papéis sociais.

A articulação das quatro verdades, destacada pela Comissão, que possibilita a ressignificação social e política que vão compor a identidade da nova África do sul. A verdade factual era a versão objetiva dos fatos, correspondia a narrativa estabelecida a partir da metodologia racional do inquérito (científico). Por ser objetiva se impõe como versão oficial sobre o legado do regime do Apartheid. Impõe-se também sobre as outras verdades produzidas na comissão, pois vai ser a condição de possibilidade das outras verdades. A verdade narrativa/pessoal é a verdade que se constitui pela confissão. O indivíduo ao se confessar tinha sua condição de vítima ou perpetrador reconhecido pela escuta da

audiência. Tinha a sua humanidade reconhecida ao se afirmar perante a comissão, dessa forma, o sujeito reconciliava o seu eu com sua humanidade. A verdade social vai articular o sujeito com sua cidadania. O ritual, o aspecto teatral das audiências tinha por objetivo gerar empatia a fim de alinhar o sujeito com seus pares. As vítimas vão ter na interação com outras vítimas e perpetradores o reconhecimento de sua humanidade e de sua cidadania antes ignorada. Os perpetradores ao confessarem suas violações tinham a garantia do perdão concretizada pela sua anistia e dessa forma, se reinseriam na comunidade. Esse resgate dos direitos civis liga o sujeito a sua comunidade. A verdade curativa/restaurativa se refere a articulação da verdade factual com a experiência dos sujeitos que resulta do efeito terapêutico do reconhecimento dos fatos como forma de reconhecer o sofrimento das vítimas.

As quatro verdades vão constituir a identidade do novo regime sul-africano. Por meio delas que os laços sociais vão ser reconstruídos e o trauma elaborado. O laço social é reconstruído pelo alinhamento nos sujeitos de três níveis: o indivíduo e seu sofrimento, o sujeito com a sua comunidade pelo resgate dos direitos civis e do sujeito com sua humanidade, categoria universal. A articulação entre esses três níveis (individual, local e universal) vai garantir legitimidade ao novo regime sul-africano ao possibilitar a passagem de uma sociedade no passado marcada pela divisão entre brancos e negros, entre perpetradores e vítimas, para uma sociedade sul-africana unida sob a concepção universalista dos direitos humanos.

6

Referências bibliográficas

AME, R. K.; ALIDU, S. M. Truth and reconciliation commissions, restorative justice, peacemaking criminology, and development. *Criminal Justice Studies: A Critical Journal of Crime, Law and Society*, v. 23, n. 3, p. 253-268, 2010.

ANDRIEU, K. Civilizing peacebuilding: transitional justice, civil society and the liberal paradigm. *Security Dialogue*, London, v. 41, n. 5, p. 537-558, 2010.

ARTHUR, P. How transitions reshaped human rights: a conceptual history of transitional justice. *Human Rights Quarterly*. Baltimore, v. 31, n. 2, p. 321-367, 2009.

BAEHR, P. R. How to come to terms with the past. In: HUGHES, E.; SCHABAS, W.A.; THAKUR, R. (Ed.) *Atrocities and international accountability: beyond transitional justice*. New York: United Nations University Press, 2007.

BOIS-PEDAIN, A. *Transitional Amnesty in South Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

CHAPMAN, A. R.; BALL, P. The truth of Truth Commissions: comparative lessons from Haiti, South Africa, and Guatemala. *Human Rights Quarterly*, v. 23, n. 1, p. 1-43, 2001.

CHRISTIE K. *The South African Truth Commission*. London: Palgrave Macmilan, 2000.

ELSTER, J. *Closing the books: transitional justice in historical perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

EDKINS, J. *Trauma and the memory of politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

FASSIN, D.; RETCHMAN, R. *The Empire of trauma: an inquiry into the condition of victimhood*. New Jersey, Princeton University Press, 2009.

FIERKE, K. M. *Diplomatic interventions: conflict and change in a globalizing world*. New York: Palgrave Macmillan, 2005. p. 150.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1988.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Editora NAU, 2002.

_____. *The politics of the truth*. Los Angeles: Semiotexte, 2007.

_____. *Wrong-doing truth-telling: the function of avowal in justice*. Chicago: The University Chicago Press, 2014.

_____. *Psychiatric power, lectures at the college de France, 1973-74*. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

GILIOMEE, H. The growth of Afrikaner identity. In: BEINART, W.; DUBOW, S. *Segregation and Apartheid in Twentieth-Century South Africa*. London: Routledge, 1995.

GUELKE, A. *Rethinking the rise and fall of Apartheid: South Africa and world politics*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

HAYNER, P. B. *Unspeakable truths: confronting state terror and atrocity*. New York: Routledge, 2001.

_____. *Unspeakable truths: transitional justice and the challenge of truth commission*. New York, Routledge, 2010.

_____. Fifteen Truth Commissions 1974 to 1994: a comparative study. *Human Rights Quarterly*, v. 16, n. 4, p. 597-655, 1994.

HENKIN, A. H. Conference Report. In: STATE CRIME: PUNISHMENT OR PARDON, 1988, Maryland, *Anais...* Maryland, 1989.

HERZ, J. H. An Historical Perspective. In: STATE CRIME: PUNISHMENT OR PARDON, 1988, Maryland, *Anais...* Maryland, 1989.

KIN, H. J. Transitional Justice: Politics of Memory and Reconciliation. In: RESENDE, E.; BUDRYTE, D. (Orgs.) *Memory and Trauma in International Relations* New York: Routledge, 2014. p. 30-42.

LANG, A. F. *Punishment, Justice and International Relations: ethics and order after the Cold War*. New York: Routledge, 2008.

MOON, C. *Narrating Political Reconciliation: South Africa's Truth and Reconciliation Commission*. Maryland: Lexington Books, 2009.

PARLEVLIET, M. Considering Truth, Dealing with the legacy of gross human rights violations. *Netherlands Quarterly of Human Rights*, The Hague, v. 16, n. 2, p. 141-174, 1998.

PINTO, S. M. R. Justiça transicional na África do Sul: restaurando o passado, construindo o futuro. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 393-421, jul./dez. 2007.

PRADO FILHO, K. Uma breve genealogia das práticas jurídicas no Ocidente. *Psicologia & Sociedade*; 24 (n.spe.): p. 104-111, 2012.

ROCHE, D. Retribution and restorative justice. In: JOHNSTONE, G.; VAN NESS, D. W. (Orgs.) *Handbook of Restorative Justice*. Devon: Willan Publishing, 2007.

ROCHE, D. Truth Commission Amnesties and the International Criminal Court. *British Journal of Criminology*. Oxford, v. 45, p. 565-581, 2005.

ROSE, N. *Governing the soul: the shaping of the private self*. London: Free Association Books, 1999.

RUHT-ARRIAZA, N. The new landscape of transitional justice. In: RUHT-ARRIAZA, N.; MARIEEZCURRENA, J. *Transitional Justice in the Twenty-First Century: beyond truth versus justice*, Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

SAWIN, J. L.; ZEHR, H. The ideas of engagement and empowerment. In: JOHNSTONE, G.; VAN NESS, D. W. (Orgs) Handbook of restorative justice. Devon: Willan Publishing, 2007.

SHORE, M. *Religion and conflict resolution: Christianity and South Africa's Truth and Reconciliation Commission*. Farnham: Ashgate Publishing Limited, 2009.

SPARKS, A. *Tomorrow is another country: the inside story of South Africa's road to change*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

TEITEL, R. Transitional justice genealogy. *Harvard Human Rights Journal*, Cambridge, v. 16, p. 69-94, 2003.

THOMPSON, L. M. A history of South Africa. New Haven: Yale University Press, 2001.

TUTU, D. M. *No future without forgiveness*. New York: Doubleday, 2000.

TURNER, V. W. *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*. Petrópolis: Vozes, 1974.

VILLA-VICENCIO, C. Transitional Justice, restoration, and prosecution. In: SULLIVAN, D., TIFFT, L. (Ed.) *The Handbook of Restorative Justice: a global perspective*. New York: Routledge, 2006. p. 387-401.

VOLKAN, V. D. Sociedades traumatizadas. In: VARNIN, S.; VOLKAN, V. *Violência ou diálogo?* São Paulo: Perspectiva, 2003.

WILSON, R. A. *The Politics of Truth and Reconciliation in South Africa: Legitimizing the Post-Apartheid State*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

ZALAQUETT, J. Confronting Humans Rights Violations Committed by former Governments: Principles Applicable and Political Constraints. In: STATE CRIME: PUNISHMENT OR PARDON, 1988, Maryland, *Anais...* Maryland, 1989.

Documentos – acessos eletrônicos

SOUTH AFRICA, Promotion of National Unity and Reconciliation Act 34 19 JULY 1995, <http://www.justice.gov.za/legislation/acts/1995-034.pdf>

TRUTH AND RECONCILIATION COMISSION OF SOUTH AFRICA, Truth and Reconciliation Commission of South Africa Report, Vol. 1-7 Cape Town, 1998.